

RELATÓRIO TRIMESTRAL FINALÍSTICO E FINANCEIRO 8

Região 5

Felixlândia, Três Marias, São Gonçalo do
Abaeté, Abaeté, Biquinhas, Morada Nova
de Minas, Paineiras e Martinho Campos

abril a junho/2025

Relatório Trimestral Finalístico e Financeiro 8

Região 5 – abril a junho/2025

—

Instituto Guaicuy

Diretoria

Diretoria Executiva:

José de Castro Procópio

Diretoria Institucional:

Marcus Vinicius Polignano

Diretoria Técnica:

Carla Wstane de Souza
Moreira

Gerências

Gerência

Organizacional:

Marcus Vinícius
Ferreira Evaristo

Gerência de Portfólio:

Júlia de Carvalho
Nascimento

Assessorias

**Assessoria Projetos
de Mitigação**

Paula de Sousa
Constante

**Assessoria de
Projetos Internos**

Higor Gomes Pereira

**Assessoria de
Projetos
Socioeconômicos**

Júlia Guimarães
Barbosa

**Assessoria de
Relacionamento
Institucional**

Paula Márcia Oliveira

**Assessoria de
Reparação**

Jonas Veloso Santos

**Assessoria de
Tecnologia,
Monitoramento e
Avaliação**

Thiago de Azevedo
Moraes

—

Instituto Guaicuy, 2025

Endereço: Rua Brasópolis, 109 – Floresta, Belo Horizonte/MG

CEP: 30150-170

Telefone: (31) 3024-9460

CNPJ: 04.518.749/0001-86

Inscrição Municipal: 0.186.109/001-0

Publicação: julho/2025

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATI	Assessoria Técnica Independente
CAMF	Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico
EG	Entidade Gestora
EPA	Engenharia de Proteção Ambiental
ERSHRE	Estudo de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico
FGV	Fundação Getulio Vargas
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IJs	Instituições de Justiça
IR	Instância Regional
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
PNAB	Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens
PRSABP	Plano de Reparação Socioambiental da Bacia do Paraopeba
PTR	Programa de Transferência de Renda
SES-MG	Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES	5
2.1 ATUALIZAÇÕES EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO RELATÓRIO TRIMESTRAL	5
2.2 PRODUTOS DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS	6
2.3 METODOLOGIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES	10
2.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA	11
2.4.1 Disponibilização das evidências das atividades realizadas	11
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRIMESTRE	13
4. ATUAÇÃO TERRITORIAL	13
4.1 ATIVIDADES EXECUTADAS NO TRIMESTRE	13
4.2 PRINCIPAIS PAUTAS DAS ATIVIDADES TERRITORIAIS	16
5. ACOMPANHAMENTO DOS EIXOS DO PLANO DE TRABALHO	18
5.1. ANEXO 1.1	19
5.1.1 Produtos do Eixo Anexo 1.1	25
5.2. ANEXO 1.3	27
5.2.1 Produtos das atividades do eixo Anexo 1.3	30
5.3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO	31
5.3.1 Produtos do eixo Organização Social	38
5.4. RECONHECIMENTO	39
5.4.1 Produtos do eixo Reconhecimento	40
5.5. ANEXO 1.2	41
5.5.1 Produtos do eixo Anexo 1.2	44
5.6. REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	45
5.6.1 Produtos do eixo Reparação Socioambiental	48
5.7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	49
5.7.1 Ajustes do Plano de Trabalho	59
5.7.2 Auditoria Externa	60
6. REFLEXÕES E APRIMORAMENTOS	63

1. INTRODUÇÃO

Este relatório refere-se à prestação de contas finalística e financeira das atividades de Assessoria Técnica Independente – ATI realizadas pelo Instituto Guaicuy, no período de abril a junho de 2025, às populações atingidas da Região 5 (municípios de Felixlândia, Três Marias, São Gonçalo do Abaeté, Abaeté, Biquinhas, Morada Nova de Minas, Paineiras e Martinho Campos).

A referida entrega cumpre o estabelecido na Cláusula Sétima (Da prestação de contas e informações) do [Termo de Compromisso](#) para ATI no Acordo Judicial para reparação integral dos danos coletivos relativos ao rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IV A /Córrego do Feijão, assinado no dia 17 de julho de 2023, firmado entre as Instituições de Justiça (IJs), Assessorias Técnicas Independentes e a Coordenação de Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF/LATACI).

Este relatório tem como base o Plano de Trabalho entregue pelo Instituto Guaicuy às IJs e à CAMF/LATACI em setembro de 2023 e revisado a partir do atendimento a todas as recomendações e condicionantes solicitadas pela CAMF no último trimestre de 2023. Ressalta-se que o [Plano](#) foi formalmente aprovado pelas IJs a partir do parecer dado pelo LATACI em dezembro de 2023.

A prestação de contas apresenta dados referentes ao monitoramento das atividades com pessoas atingidas; ao monitoramento das atividades do Plano de Trabalho e suas entregas; e ao monitoramento da execução financeira por rubrica. Neste relatório serão incluídos os produtos pactuados no Plano de Trabalho que, de acordo com o estabelecido no referido documento, devem ser apresentados semestralmente.

Este relatório foi organizado para possibilitar o entendimento do modelo de acompanhamento e monitoramento das atividades construído pelo Guaicuy. Haverá uma contextualização institucional do trimestre, que inclui impactos políticos de decisões judiciais e das ações de outros atores que compõem o Acordo. Depois, será apresentado o contexto do território e a descrição da execução das atividades por eixo/objetivo específico. A prestação de contas financeira será apresentada no eixo de Estrutura Organizacional. Por fim, haverá uma conclusão destacando as principais questões do segundo trimestre de 2025.

2. METODOLOGIA DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

O presente capítulo tem o objetivo de descrever as atualizações em relação ao monitoramento e ao acompanhamento das atividades e como será a prestação de contas finalística do segundo trimestre de 2025. Ressalta-se, mais uma vez, que as metodologias de monitoramento e acompanhamento apresentadas nos relatórios anteriores não serão descritas novamente a cada trimestre, por se tratarem de processos recorrentes. Todavia, sempre que houver qualquer mudança e/ou atualização, elas serão apresentadas e descritas, sempre referenciando os relatórios anteriores.

Este capítulo será apresentado em quatro seções: a primeira evidencia brevemente as atualizações em relação ao último Relatório Trimestral; a segunda apresenta os produtos pactuados; a terceira descreve os processos e os instrumentos utilizados para o acompanhamento, o registro e a geração de evidências das atividades; e a quarta informa como será a apresentação das evidências das atividades finalísticas no presente relatório.

2.1 ATUALIZAÇÕES EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO RELATÓRIO TRIMESTRAL

Assim como no trimestre anterior, neste relatório trimestral se faz necessário contextualizar alguns ajustes de cronograma das atividades do Plano de Trabalho. Algumas ações estavam previstas para serem finalizadas em dezembro de 2024, mas permaneceram em execução nos dois primeiros trimestres de 2025 devido às justificativas que serão apresentadas a seguir.

Em relação à atividade ID 4, do eixo Anexo 1.1, a atividade não foi finalizada em dezembro de 2024 devido aos atrasos no início do trabalho da EG, o que tornou indispensável a continuidade das formações sobre o Anexo 1.1 junto às pessoas atingidas.

Em relação às atividades ID 20 e ID 21 do eixo Reparação Socioambiental, propôs-se no último trimestre a continuidade delas e, como forma de comprovar sua execução, que as entregas de produtos do primeiro semestre de 2025 permaneçam as mesmas pactuadas para o segundo semestre de 2024. Essa proposta de continuidade se justifica em razão dos seguintes fatores: i) o volume de atividades do Anexo 1.1 no

primeiro semestre de 2024, que impactou o cronograma de outros eixos do Plano de Trabalho; ii) a demanda das pessoas atingidas, considerando que a reparação socioambiental é um processo dinâmico e participativo, sendo essencial manter ações da ATI alinhadas às necessidades e expectativas das pessoas atingidas; iii) algumas ações de reparação socioambiental apresentaram atrasos e execução diferente do planejado, o que gera constante nível de insegurança, dúvidas e questionamentos pelas comunidades atingidas, demandando atuação da ATI.

Nas situações mencionadas, considera-se que a não realização da revisão do Plano de Trabalho — prevista pela CAMF para março de 2025 — impossibilitou a adequação das atividades às necessidades atuais identificadas pelas pessoas atingidas e pela ATI.

2.2 PRODUTOS DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS

No Plano de Trabalho da ATI Paraopeba foram previstos diversos produtos relacionados, principalmente, às atividades finalísticas que têm como objetivos demonstrar a execução dessas ao longo do semestre e fornecer informações para que os indicadores sejam aferidos futuramente e, assim, os resultados dos trabalhos executados sejam mensurados. A periodicidade de entrega de grande parte dos produtos é semestral e, ainda conforme definido no Plano, todos eles serão disponibilizados nos Relatórios Trimestrais de Prestação de Contas.

A elaboração dos produtos é considerada como um importante momento de aprendizado para todas as equipes do Instituto Guaicuy, já que concretiza o semestre de trabalho desenvolvido junto às pessoas atingidas e colabora para a aferição intermediária dos indicadores.

O quadro a seguir apresenta todos os produtos previstos para o primeiro semestre de 2025.

Quadro 1 — Produtos previstos por atividade do Plano de Trabalho

EIXO	ID	ATIVIDADE	PRODUTO PREVISTO NO PLANO DE TRABALHO PARA O 1º SEMESTRE DE 2025
Anexo 1.1	2	Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1	1) Compilado de planejamento e execução da governança do Anexo 1.1, respeitando o estágio de seu desenvolvimento, de responsabilidade da entidade gestora. 1.1) Listagem dos participantes eleitos das regiões 4 e 5 nas instâncias da governança do Anexo 1.1., respeitando o estágio de seu desenvolvimento, de responsabilidade da entidade gestora."
Anexo 1.1	3	Apoio técnico na governança do Anexo 1.1	Compilado das ações de apoio técnico da ATI nos espaços de governança no semestre
Anexo 1.1	4	Formação sobre o Anexo 1.1	Relatório de execução do semestre anterior
Anexo 1.1	5	Proposição de projetos Anexo 1.1	Relatório semestral dos processos participativos realizados para elaboração de projetos e dos projetos propostos e enviados às instâncias deliberativas, respeitando o estágio de desenvolvimento do processo, de responsabilidade da entidade gestora;
Anexo 1.1	6	Crédito e microcrédito Anexo 1.1	Relatório semestral dos processos participativos realizados para as regras e modelos de crédito e microcrédito, contendo as demandas realizadas pelas pessoas atingidas para acessar, ampliar e facilitar o acesso ao programa
Anexo 1.3	7	Espaços participativos para o Anexo 1.3	1) Relatório semestral dos processos participativos para a construção de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais 1.1) Documento de fundação dos comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais
Anexo 1.3	8	Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3	Compilado dos relatórios e documentos enviados ao Comitê de Compromitentes construídos no semestre com as comunidades a cada etapa dos projetos, conforme determinação dos compromitentes
Anexo 1.3	9	Acompanhamento de PCTs em reuniões externas sobre o Anexo 1.3	Compilado com o registro das reuniões externas realizadas no semestre com a participação das comunidades e acompanhamento da ATI
Organização Social e Comunicação	10	Organização das comissões	Planejamentos estratégicos realizados no semestre das instâncias locais
Organização Social e Comunicação	11	Organização dos PCTs	Planejamentos estratégicos realizados no semestre das instâncias locais

EIXO	ID	ATIVIDADE	PRODUTO PREVISTO NO PLANO DE TRABALHO PARA O 1º SEMESTRE DE 2025
Organização Social e Comunicação	12	Apoio na participação em eventos externos	Relatório com a síntese dos acontecimentos e encaminhamentos das atividades e eventos.
Organização Social e Comunicação	13	Comunicação	Relatório de execução do Plano de Comunicação
Organização Social e Comunicação	14	Mobilização social	Extratos das atividades de mobilização realizadas com as pessoas atingidas no semestre, vinculadas aos eixos de atuação do Plano de Trabalho
Reconhecimento das pessoas atingidas	17	Mapeamento de comunidades não reconhecidas	1) Documentos enviados às IJs pela ATI por comunidade auto identificada no semestre anterior 1.1) Ata/registro e evidências que demonstra a autoidentificação das comunidades/coletividades que não estão contempladas em alguma medida de reparação do Acordo Judicial no semestre anterior 1.2) Listagem atualizada de comunidades que se auto identificam como atingidas e não estão contempladas em alguma medida de reparação
Anexo 1.2	18	Apoio técnico individual e/ou familiar no Anexo 1.2	Planilha com o compilado de registros realizados
Anexo 1.2	19	Apoio técnico às comunidades e às comissões no Anexo 1.2	1) Consolidado de comunidades que reportam problemas de acesso ao PTR ao Guaicuy no semestre 1.1) Compilado de documentos enviados acerca do PTR com pedidos de informações e demandas das pessoas atingidas no semestre
Reparação Socioambiental	20	Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental	1) Consolidado de solicitações de formações sobre a reparação socioambiental por comissão no semestre 2) Relatório de execução das formações no semestre
Reparação Socioambiental	21	Acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental	Consolidado de reivindicações e documentos elaborados no semestre relacionados ao tema.
Reparação Socioambiental	22	Compartilhamento de dados primários socioambientais e de saúde	Não se aplica
Estrutura Organizacional	24	Gestão financeira e de prestação de contas	Relatório Trimestral de Prestação de Contas
Estrutura Organizacional	26	Acompanhamento e monitoramento das atividades finalísticas	Relatório Trimestral de Prestação de Contas

EIXO	ID	ATIVIDADE	PRODUTO PREVISTO NO PLANO DE TRABALHO PARA O 1º SEMESTRE DE 2025
Estrutura Organizacional	28	Gestão de Projeto	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria (2025)

Os produtos foram desenvolvidos pelas equipes dos escritórios a partir das atividades com pessoas atingidas e das atividades internas executadas no último semestre (janeiro a junho de 2025) e pretendem demonstrar os resultados alcançados, o desenvolvimento das atividades e dos objetivos específicos. Foi elaborado um modelo padrão de documento contendo um sumário mínimo e as informações necessárias para a elaboração de cada produto, como introdução, metodologia e conclusão, além do conteúdo do produto em si. Os produtos são compostos, em sua maioria, por compilados, relatórios e planos desenvolvidos nos últimos meses.

Quanto ao produto ID28 – Revisão do Plano de Trabalho, previsto inicialmente para o segundo semestre de 2024, sua entrega não foi realizada em razão da ausência de definições sobre a atuação das ATIs no âmbito do Anexo 1.1. Embora o Relatório Trimestral 06 tenha registrado a previsão da CAMF de que a revisão fosse realizada em março de 2025, esse encaminhamento não se concretizou. Assim, o produto também não será entregue no primeiro semestre de 2025, uma vez que a revisão do Plano de Trabalho segue pendente.

Em relação à disponibilização dos produtos, ao final do capítulo de cada eixo será apresentado um quadro com o ID e o nome da atividade do Plano de Trabalho, o nome do produto e o link para acessá-lo, assim como, em casos de não viabilidade de entrega, uma justificativa para a ausência de algum produto previsto. Todos os produtos estarão armazenados nas pastas de seus respectivos eixos, dentro da pasta “[3. Produtos](#)”, no Google Drive. Estarão nomeados com o ID da atividade de referência. Alguns produtos, em seu conteúdo, fazem menção a outros documentos. Todos eles também serão disponibilizados também na pasta citada anteriormente.

Por fim, cabe ressaltar que o presente relatório é o único produto com periodicidade de entrega trimestral e corresponde às atividades ID 24 e 26.

2.3 METODOLOGIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES

Assim como mencionado nos relatórios anteriores, o Plano de Trabalho estabelece como serão realizadas a prestação de contas, o monitoramento e a avaliação pelo Instituto Guaicuy, e que esses terão como principal objeto as atividades de cunho finalístico. Ficou definido, então, que o monitoramento será feito a partir do: i) acompanhamento das atividades com pessoas atingidas; ii) acompanhamento das atividades do Plano de Trabalho e suas entregas; iii) acompanhamento dos gastos com a execução das atividades e dos eixos de atuação. Já a avaliação será realizada a partir da: iv) aferição intermediária dos indicadores, por meio da correlação entre as evidências e os produtos, e o resultado final será mensurado no último ano do projeto.

A seguir serão apresentadas as metodologias utilizadas para realizar o acompanhamento dos itens citados:

I. Acompanhamento das atividades com pessoas atingidas:

O acompanhamento do fluxo de registro das atividades realizadas com as pessoas atingidas apresentado nos relatórios anteriores segue sendo a principal forma de monitoramento das atividades com pessoas atingidas e das suas respectivas evidências. A Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação realiza o acompanhamento cotidiano de cada atividade desde seu planejamento até seu registro e arquivamento de relatório e evidências nos sistemas internos do Instituto Guaicuy. As evidências das atividades com pessoas atingidas realizadas no trimestre serão disponibilizadas conforme será descrito no capítulo a seguir.

II. Acompanhamento das atividades do Plano de Trabalho e das suas entregas (produtos):

Assim como reportado nos relatórios anteriores, os Escritórios — unidades organizacionais responsáveis pela execução das atividades finalísticas do projeto — remetem à Assessoria de Tecnologia, Monitoramento e Avaliação mensalmente o andamento de cada atividade do Plano, assim como os documentos e os possíveis produtos elaborados no período referentes às atividades em execução. Neste trimestre, conforme definido no Plano de Trabalho, não serão entregues produtos.

III. Acompanhamento dos gastos com a execução das atividades e dos eixos de atuação:

O orçamento apresentado no Plano de Trabalho foi elaborado com base nas atividades a serem desenvolvidas nas comunidades atingidas. A Coordenação de Recursos Humanos e Financeiros realiza o acompanhamento dos dispêndios, vinculando-os às rubricas e às atividades previstas no Plano. Esse acompanhamento é fundamental para a gestão organizacional, pois permite planejar a aplicação de recursos para o melhor atendimento às pessoas atingidas, bem como monitorar e avaliar a execução do projeto. Ademais, todos os processos de compras, contratações e pagamentos são pautados por normativas internas e documentados com o objetivo de garantir a segurança financeira e jurídica dos recursos, além de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades realizadas pela equipe do Instituto.

2.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICA

A prestação de contas finalística será realizada pela descrição das atividades realizadas por eixo (objetivo específico) e pela disponibilização dos documentos produzidos relacionados às atividades, assim como pela apresentação das evidências das atividades com pessoas atingidas realizadas no segundo trimestre de 2025, relacionando-as às atividades do Plano de Trabalho.

Seguindo esse roteiro, nos capítulos seguintes será apresentada uma tabela por eixo com indicação das atividades do Plano de Trabalho, suas datas previstas de início e finalização atualizadas e a situação de sua execução no trimestre. Haverá também uma descrição das atividades de cada eixo, com informações sobre avanços, possíveis atrasos e desafios no cumprimento do Plano de Trabalho.

2.4.1 Disponibilização das evidências das atividades realizadas

Em relação às evidências das atividades com pessoas atingidas, serão disponibilizados três arquivos e uma pasta contendo os relatórios de todas as atividades coletivas realizadas com pessoas atingidas no trimestre. A seguir serão descritos cada um dos arquivos mencionados.

O primeiro arquivo ([01_Atividades do plano de trabalho pelas atividades coletivas](#)) consiste em uma tabela que vincula as atividades coletivas realizadas com pessoas atingidas nas regiões 4 e 5 às atividades do Plano de Trabalho executadas no trimestre, organizadas por atividade, indicando informações importantes sobre ela e um número de identificação (ID) da evidência de cada uma delas. Conforme explicado nos relatórios anteriores, é importante considerar que uma única atividade com pessoas atingidas pode estar vinculada a mais de uma atividade do Plano de Trabalho — inclusive de eixos diferentes — e, por essa razão, pode ser indicada mais de uma vez na tabela.

O segundo arquivo ([02_Tabela de evidências Atividades coletivas](#)) é uma tabela que lista todas as atividades coletivas realizadas com pessoas atingidas no trimestre, nas regiões 4 e 5, de forma que cada atividade coletiva aparece uma única vez.

Em relação às evidências das atividades coletivas, serão disponibilizados todos os relatórios resumidos, em formato PDF, organizados em uma pasta no Google Drive ([2.3 Extratos das atividades coletivas](#)) e nomeados de acordo com o ID da atividade, conforme indicado nos arquivos 01 e 02. Os relatórios resumidos contêm as seguintes informações:

Nome da atividade; localização (comunidade/município); categoria/tipo da atividade; data e hora da atividade; modalidade da atividade; número de pessoas atingidas participantes por região (4 e 5); participantes equipe Guaicuy; participantes equipes externas; objetivo da atividade; pauta da atividade; registro fotográfico.

Para as atividades em que a escala é individual e familiar, para proteção dos dados sensíveis, será entregue uma tabela ([03_Tabela de evidências Atendimentos](#)) contendo as seguintes informações:

ID da atividade; responsáveis pelo contato (equipe Guaicuy); IDs das pessoas atingidas contactadas; regional das pessoas atingidas contactadas; comunidade da(s) pessoa(s) atingida(s); município da(s) pessoa(s) atingida(s); data/hora do contato; formato do atendimento; categoria da atividade; objetivo(s) específico(s).

Em relação às atividades que não envolvem pessoas atingidas, as evidências serão compostas pelos pareceres técnicos, relatórios, ofícios e/ou notas técnicas elaboradas pela equipe do Instituto Guaicuy que subsidiaram as atividades, disponibilizadas por meio de links no texto de descrição das atividades de cada eixo e organizadas em uma pasta no Google Drive ([2.2 Evidências Escritórios](#)).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRIMESTRE

O segundo trimestre de 2025 foi marcado por importantes definições institucionais e movimentações políticas relacionadas à continuidade das ATIs e ao início formal do Anexo 1.1 do Acordo Judicial.

Embora o referido Anexo já fizesse parte dos planos e calendários das Regiões 4 e 5 desde 2021, com atividades de formação, identificação de demandas e elaboração de diagnósticos, e apesar de desde 2024 já terem sido desenvolvidas as atividades demandadas pela Entidade Gestora e pelas Instituições de Justiça, o lançamento oficial do Anexo 1.1 somente ocorreu em 5 de junho de 2025, em solenidade organizada pelo Nucard.

Antes disso, em 27 de abril, foi publicada decisão judicial que determinou à Entidade Gestora o prazo de dez dias para formalizar o aceite da Proposta Definitiva do Anexo 1.1 e iniciar sua execução, bem como autorizou a liberação de um orçamento complementar de R\$ 62 milhões destinado às ATIs, a ser utilizado ao longo de 24 meses. Tal deliberação rompeu um período de incertezas iniciado no final de 2024, quando as ATIs não obtiveram resposta das Instituições de Justiça (IJs) sobre os cenários de continuidade propostos para além do Termo de Compromisso vigente. Desde então, o Instituto Guaicuy buscou equilibrar a responsabilidade orçamentária com a cautela de evitar desmobilizações desnecessárias face à perspectiva de continuidade. A decisão judicial de abril reforçou esse cuidado, ao reconhecer os riscos e custos associados à desestruturação das equipes.

Após essas movimentações e o lançamento oficial do Anexo 1.1, as ATIs procuraram as IJs com a necessidade de informações para poderem se organizar. O diálogo iniciou-se em 26 de maio, quando as IJs indicaram que ainda estavam construindo a proposta que seria feita às ATIs.

Através do Ofício Conjunto n. 05/2025, Ofício n. 36/2025 e Ofício 41/2025 o Guaicuy solicitou e reiterou a necessidade de liberação da 5ª parcela do Termo de Compromisso de 2023 que, de acordo com o Plano de Trabalho vigente, seria devida no mês de junho/2025, e necessária para a entidade honrar seus compromissos. Todavia, o

mês de junho foi encerrado sem a deliberação e requerimento das IJs pela liberação da parcela, colocando o Guaicuy em grave risco de insolvência no mês de julho.

Enquanto isso, as atividades da ATI seguiram sendo executadas com as pessoas atingidas, sendo relacionadas ao Anexo 1.1, aos demais anexos do Acordo Judicial, à reparação socioambiental e à organização social em geral, conforme descrito neste relatório.

Em 16 de junho, a ATI recebeu o Ofício Conjunto n. 15/2025 das IJs, no qual notificou-se o Instituto Guaicuy a, dentro 30 dias, aceitar ou não o Aditivo ao Termo de Compromisso de 2023 – que ainda seria apresentado pelas IJs. O documento também determinou que a 5ª parcela deveria ser utilizada por 24 meses para manter a atuação da ATI nos demais anexos do Acordo Judicial; parte das IJs passou a defender que a 5ª parcela só poderia ser liberada após a assinatura do Termo Aditivo. Esse ponto gerou impasse, já que, na visão do Guaicuy, a parcela é devida nos termos do Plano de Trabalho vigente, independentemente de novas pactuações.

No dia 18 de junho ocorreu uma nova reunião. Nela, indicou-se que, até 4 de julho, as ATIs deveriam apresentar 2 Planos de Trabalho: um para o Anexo 1.1, e outro para os demais anexos do Acordo, denominado de “Participação Informada”, considerando as tabelas de metas constantes do Ofício 15/2025 das IJs.

O Guaicuy iniciou, então, diálogo técnico com a CAMF para análise das metas indicadas pelas IJs, apontando a necessidade de revisão de diversos itens. Simultaneamente, formalizou que a 5ª parcela já estava comprometida com os custos de junho e julho de 2025, conforme o Termo de Compromisso de 2023, e que o valor remanescente seria insuficiente para manter a estrutura proposta para a nova etapa. A minuta do aditivo foi encaminhada pelas IJs apenas em 24 de junho, e as negociações sobre sua assinatura ainda seguem em curso no início do segundo semestre de 2025.

4. ATUAÇÃO TERRITORIAL

4.1 ATIVIDADES EXECUTADAS NO TRIMESTRE

No segundo trimestre de 2025, na Região 5, foram realizadas um total de **291** atividades, envolvendo **1.861** participações de pessoas atingidas identificadas¹, sendo **87** atividades coletivas (reuniões de comissão, reuniões comunitárias, dentre outras), e **204** atendimentos individuais e/ou familiares. Em relação às comunidades, entre abril e junho foram realizadas atividades que contaram com a participação de pessoas atingidas de **82** comunidades da Região 5. Além disso, neste trimestre, participaram das atividades um total de **777** indivíduos atingidos.

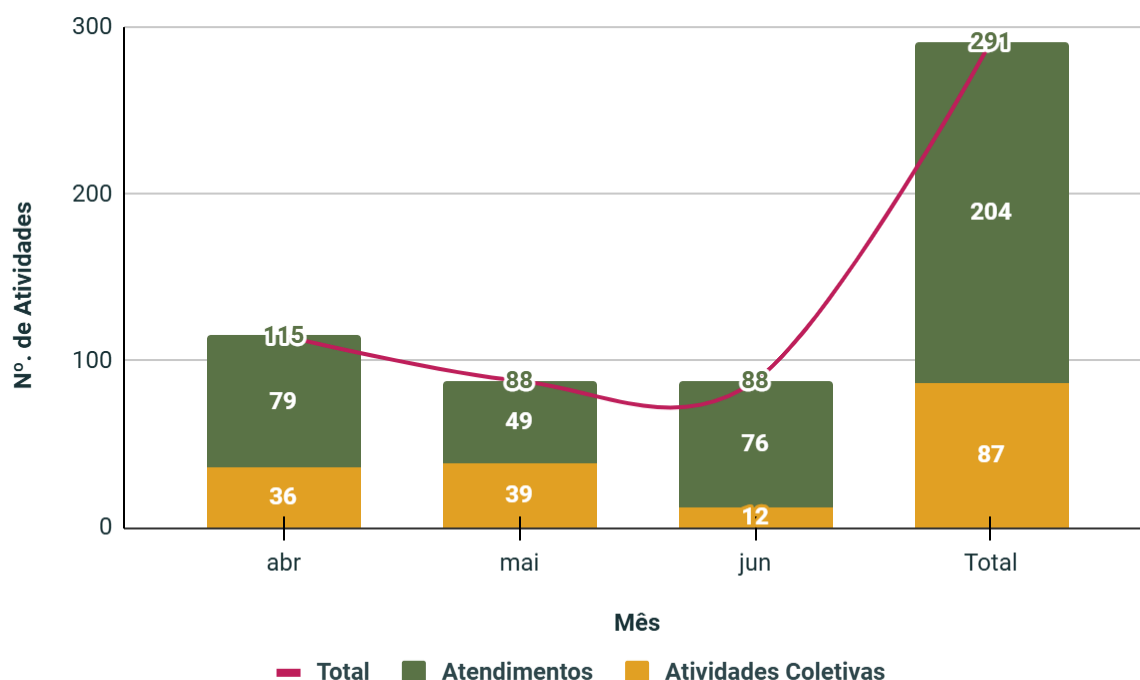
Tabela 1 – Total geral de atividades, participações, comunidades e indivíduos atendidos no trimestre - Região 5

Total no trimestre	N
Total de atividades	291
Atividades coletivas	87
Individuais e familiares	204
Total de Participação	1.861
Atividades coletivas	1.546
Individuais e familiares	315
Total de Indivíduos atendidos	777
Atividades coletivas	624
Atendimentos individuais e familiares	234
Total de comunidades atendidas	82
Atividades coletivas	76
Atendimentos individuais e familiares	61

Fonte: Elaboração própria (2025)

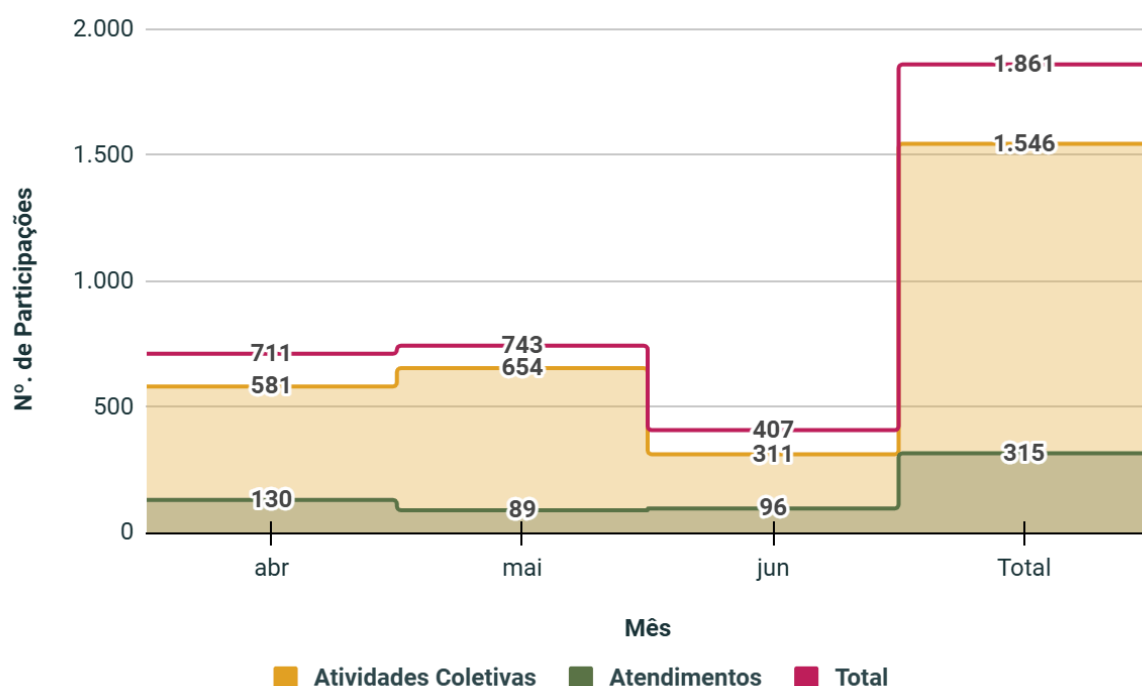
O gráfico a seguir mostra o total de atividades realizadas no mês. Nas planilhas de [atividades coletivas](#) e de [atendimentos](#) realizados é possível observar com mais detalhes cada caso.

¹ São contabilizadas apenas as pessoas que se identificaram nas atividades e que, assim, podem ser associadas às regiões atendidas pelo projeto. A participação total é, portanto, maior do que o número indicado.

Gráfico 1 – Total de atividades realizadas no trimestre

Fonte: Elaboração própria (2025)

Ao longo do trimestre ocorreram atividades coletivas que mobilizaram o território. Este contexto se evidencia no número de participações nesse tipo de atividade, que neste trimestre contou com **1.546** participações. Já o total de participações de pessoas atingidas nas atividades de escala individual e familiar (atendimentos) no trimestre foi **315**. No gráfico abaixo é possível observar o total de participações de pessoas atingidas nas atividades coletivas e nos atendimentos por mês.

Gráfico 2 – Total de participações no trimestre

Fonte: Elaboração própria (2025)

AMPLA MOBILIZAÇÃO

Além das atividades em si, ao longo do trimestre também foram realizados diversos contatos para mobilizar as pessoas atingidas para as atividades promovidas ou apoiadas pelo Instituto Guaicuy. Destaca-se que estes dados **não** estão contabilizados nos números de atividades e atendimentos realizados no trimestre e apresentados acima. Dessa forma, neste trimestre, **121** pessoas atingidas foram alcançadas pelas mobilizações realizadas pelas equipes.

A análise dos dados referente às atividades com pessoas atingidas e também aos contatos realizados vem sendo aprimorada com o objetivo de qualificar o entendimento da atuação territorial e dos cenários de cada trimestre, além de demonstrar a complexidade e amplitude do trabalho executado pelo Instituto Guaicuy. O monitoramento desses dados também vem contribuindo para perceber os caminhos que estão sendo percorridos para alcançar os objetivos definidos no Plano de Trabalho e permitindo verificar o que tem se distanciado do planejado. Por fim, os dados evidenciam o esforço do Instituto Guaicuy em atuar de maneira a atender os objetivos

prioritários apontados no Termo de Compromisso e o de dar respostas para as pessoas atingidas quanto às pautas urgentes do processo de reparação.

4.2 PRINCIPAIS PAUTAS DAS ATIVIDADES TERRITORIAIS

No decorrer do trimestre, dentre as principais atividades e pautas, destacam-se as atividades relacionadas ao Anexo 1.1 e a Organização social, que mobilizaram e contaram com a participação de um número expressivo de participantes. Entre elas, merece destaque o Encontro de Comissões, cuja pauta tratou da formação dos Conselhos Locais da estrutura de Governança do Anexo 1.1.

Outro tema que gerou grande engajamento das pessoas atingidas foram as atividades com foco no auxílio emergencial e no PTR. Essas atividades estão diretamente vinculadas ao objetivo do Anexo 1.2, especialmente a atividade prevista no plano de trabalho de “Apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2”.

Abaixo, na tabela 2, é possível observar com mais detalhes o número de atividades coletivas e participações em cada objetivo específico com suas respectivas atividades do plano de trabalho. Nas atividades do Anexo 1.1, foram realizadas **46** atividades coletivas, totalizando **687** participações, dentre as atividades que se destacam, o “Apoio técnico na governança do Anexo 1.1” e os “Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1”. Em relação ao Anexo 1.3, todas as atividades estão relacionadas aos “Espaços participativos para o Anexo 1.3”, com um total de **3** atividades e **42** participações. No objetivo da “Organização Social e Comunicação”, a maioria das atividades concentrou-se na organização das comissões e dos PCTs, para o total do objetivo somam-se **48** atividades e **635** participações. Quanto ao Anexo 1.2, todas as atividades realizadas foram voltadas ao “Apoio técnico às comunidades e comissões”, **10** atividades e **282** participações. Por fim, no objetivo de “Reparação Socioambiental”, foram realizadas **4** atividades, com **72** participações, destacando-se a atividade de “Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental” como a de maior número.

Tabela 2 - Total de Atividades Coletivas e Participações, por Objetivos e Atividades do Plano de Trabalho.

Atividades do plano de trabalho	Nº Atividades	Nº Participações
Anexo 1.1	46	687
Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1.	18	279
Apoio técnico na governança do Anexo 1.1.	29	488
Formação sobre o Anexo 1.1.	7	159
Proposição de projetos Anexo 1.1	2	25
Anexo 1.3	3	42
Espaços participativos para o Anexo 1.3.	3	42
Organização Social e Comunicação	48	635
Organização das comissões	34	454
Organização dos PCTs	16	325
Apoio na participação em eventos externos	4	92
Comunicação	2	18
Mobilização social	9	101
Anexo 1.2	10	282
Apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2	10	282
Reparação Socioambiental	4	72
Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental	3	65
Acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental	1	7

Fonte: Elaboração própria (2025)

5. ACOMPANHAMENTO DOS EIXOS DO PLANO DE TRABALHO

Conforme informado no capítulo 2, sobre a metodologia de monitoramento e acompanhamento das atividades, a prestação de contas neste relatório apresentará uma breve descrição do que foi realizado em cada eixo do Plano de Trabalho no segundo trimestre de 2025. O presente capítulo pretende atender a esse objetivo.

Para tanto, a seguir serão apresentados os sete eixos, ou objetivos específicos, a saber: Anexo 1.1, Anexo 1.3, Organização Social e Comunicação, Reconhecimento das Pessoas Atingidas, Anexo 1.2, Reparação Socioambiental e Estrutura Organizacional. Portanto, estão organizados hierarquicamente, conforme determinação da CAMF/LATACI.

Cada eixo apresentará as atividades elencadas no Plano de Trabalho com seus respectivos IDs e cronograma de execução previsto, assim como a informação sobre a execução da atividade nos meses de abril, maio e junho de 2025. Os textos apresentarão uma breve discussão do que foi realizado em cada eixo, bem como possíveis dificuldades enfrentadas e justificativas, quando for o caso. Ao final de cada seção, serão apresentados os produtos de cada eixo e as justificativas necessárias, quando for pertinente.

5.1. ANEXO 1.1

O objetivo do eixo Anexo 1.1, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é construir com as pessoas e as comunidades atingidas o protagonismo para a gestão democrática e o controle social na formulação, decisão, monitoramento, fiscalização e avaliação das ações reparatórias do Anexo 1.1 do Acordo Judicial. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de abril a junho de 2025:

Quadro 2 — Execução das atividades do eixo Anexo 1.1

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
1	Elaboração do Plano de Trabalho do Anexo 1.1	Promover espaços participativos com as pessoas atingidas para debater a proposta definitiva da Entidade Gestora e para construir e validar a proposta de governança do Anexo 1.1	13/09/2023	12/12/2023	CONCLUÍDA
2	Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1	Promover espaços participativos com as pessoas atingidas com o objetivo de viabilizar a participação direta e informada das pessoas atingidas em todas as etapas que envolvem a implementação da governança do Anexo 1.1, de obrigação da Entidade Gestora	01/07/2023	30/06/2025	SIM
3	Apoio técnico na governança do Anexo 1.1	Realizar acompanhamento técnico das pessoas atingidas nos espaços de governança do Anexo 1.1, desde a fase de planejamento até a etapa de fiscalização. Apoiar a elaboração de documentos e a realização do diálogo com atores externos, sempre que necessário	01/07/2023	30/11/2025	SIM
4	Formação sobre o Anexo 1.1	Realizar ciclos de formação para estimular a participação das pessoas atingidas na definição dos usos dos recursos do Anexo 1.1, respeitando suas particularidades e seus modos de vida e de organização comunitária	01/07/2023	31/12/2024	SIM

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
5	Proposição de projetos Anexo 1.1	Auxiliar as pessoas atingidas na proposição de projetos comunitários, em nível local, regional e inter-regional	01/03/ 2024	30/11/ 2025	SIM
6	Crédito e microcrédito Anexo 1.1	Auxiliar as pessoas atingidas na concepção das regras do crédito e microcrédito do Anexo 1.1	01/04/ 2024	30/06/ 2025	NÃO

Fonte: Elaboração própria (2025)

Em relação à **atividade 2 — espaços participativos para a governança do Anexo 1.1**, ao longo do segundo trimestre de 2025 foram realizadas diversas atividades com pessoas atingidas na Região 5, além de outras que abarcam também a Região 4, conforme é possível verificar na planilha de [atividades coletivas](#). As atividades desenvolvidas foram articulações com pessoas atingidas, reuniões comunitárias e reuniões de comissão. As articulações com pessoas atingidas foram realizadas sobretudo tendo em vista a mobilização da comunidade para as reuniões da Comissão Morada Nova de Minas Sede e Entorno, bem como a validação dos danos sofridos pelas comunidades com a importância de identificarem o dano de forma coletiva.

As reuniões de comissão versaram sobre a estrutura de governança do Anexo 1.1 e seus pormenores – os modelos de conselhos locais, a definição do número de representantes por conselho, a divisão das comissões e a indicação de nomes para compor os conselhos como titulares e suplentes. Em algumas das reuniões também foram realizadas a conferência e validação dos danos, sendo uma oportunidade para as pessoas atingidas reforçarem as limitações com as quais ainda convivem, tendo como principais preocupações o consumo de água e peixe e o fraco movimento na área do turismo.

Ao final do mês de maio ocorreram reuniões microrregionais, com o objetivo de iniciar a construção do espaço de Governança na Formação dos Conselhos Locais do Anexo 1.1 e a indicação dos membros para participar do 5º Encontro de Comissões. Foi estimulado que as comissões indicassem os conselheiros locais para acompanhar com mais profundidade os processos do Anexo, sendo um momento construtivo e importante para as comissões. Um novo membro da comissão de Beira Rio foi validado.

Também foram identificadas as ações essenciais para a implementação dos projetos, com a validação da comissão e comunidade. Isso demonstra que já está sendo trabalhado, junto às pessoas atingidas, noções necessárias para a execução do Anexo 1.1 nas comunidades. As pessoas atingidas estão em discussão sobre as potencialidades dos lugares em que vivem, levantando sugestões de projetos a serem viabilizados pelo anexo em questão. Cabe destacar o papel central das Comissões no que diz respeito a esse levantamento de informações, uma vez que estas vêm

conduzindo o processo de elaboração e distribuição de formulários nas comunidades, com apoio da ATI.

Nesse período foram realizadas duas atividades intituladas como *Café com Prosa*, uma série de vídeos que apresentam uma conversa com as pessoas atingidas e tratam de informações importantes sobre o Anexo 1.1. O [primeiro Café com Prosa](#) foi divulgado no dia 15 de maio e teve a participação de uma representante do Povo Kaxixó, da aldeia indígena Capão do Zezinho, em Martinho Campos. O [segundo Café com Prosa](#) foi divulgado em 2 de junho e teve a participação de uma representante da comissão do Reino dos Lagos, em Pompéu.

No trimestre também ocorreu uma manifestação organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no dia 13 de maio. Centenas de pessoas atingidas se reuniram em Belo Horizonte, denunciando a reparação insuficiente seis anos após o desastre. A mobilização incluiu marchas e reuniões com representantes do Judiciário e teve como principais pautas a defesa da continuidade do Programa de Transferência de Renda (PTR), a criação de um Auxílio Financeiro Emergencial conforme a PNAB (Lei 14.755/2023), a participação das comunidades na gestão dos recursos do Acordo de Reparação e mais transparência no uso dos R\$700 milhões destinados ao apoio das ações previstas.

As ações do período de abril à junho, em relação à **atividade 3 – Apoio Técnico na Governança do Anexo 1.1** foram relacionadas a Conferência de Danos Coletivos e Socioeconômicos e a construção coletiva dos arranjos das comissões em 8 Conselhos Locais para a Região 5, compondo a estrutura de Governança do Anexo 1.1.

Nos meses de março e abril foi realizado o processo de conferência dos danos junto às Comissões de pessoas atingidas da região 5, conforme informado no último relatório trimestral. O processo de conferência foi realizado com os membros das comissões, que são representantes legítimos de suas comunidades, em reuniões abertas à comunidade. Como devolutiva para as Comissões, foi elaborado e entregue um [material impresso](#) com a lista dos 98 danos levantados para as regiões 4 e 5 e [uma lista](#) em que cada comunidade pode visualizar os danos de maior relevância conferidos neste primeiro momento.

Em maio foi realizada uma formação com as equipes territoriais com orientações para a organização do trabalho de organização das Comissões para o agrupamento em Conselhos Locais, demonstrando as [recomendações](#) enviadas pela Entidade Gestora. Diante da necessidade de orientar as Comissões de Pessoas Atingidas sobre a estruturação da Governança Popular do Anexo 1.1, com foco na criação e funcionamento dos Conselhos e Setores Locais, Regionais e Inter-regionais, a ATI também elaborou uma [cartilha](#) para orientar a construção participativa dos Conselhos e Setores previstos na Proposta Definitiva do Anexo 1.1, fortalecendo o controle social e a atuação direta das comunidades atingidas.

Durante os meses de abril e maio de 2025 aconteceram as reuniões com as comissões da Região 5 para a construção de entendimentos do arranjo das comissões para definirem quais seriam os parâmetros para o agrupamento dos Conselhos Locais. Depois de várias discussões, que consideraram aspectos territoriais, representação das comunidades, perfis, características socioeconômicas e potencialidades, as comissões decidiram pela construção de Conselhos por características socioeconômicas, distâncias entre as comunidades e potencialidades entre as mesmas. O arranjo dos Conselhos da Região 5 está detalhado no produto da atividade ID 3.

As comissões da Região 5 consolidaram essa resolução no 5º Encontro de Comissões, realizado em Curvelo nos dias 7 e 8 de junho, cujo a pauta foi a modulação dos Conselhos Locais e reflexões acerca dos próximos passos do trabalho coletivo. Também aconteceu a 3ª edição da Catira do Cerrado, com a participação de feirantes da região, uso da moeda social Paraopeba e incentivo à geração de renda por meio da circulação solidária. O consenso do arranjo das comissões em oito (08) Conselhos Locais que ficou definido na região 5 será apresentado no produto da atividade ID 2, anexado na tabela ao final deste capítulo.

No dia 5 de junho, depois de 4 anos da assinatura do acordo, foi lançado o piloto do Projeto de Demandas das Comunidades Atingidas na sede do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), em Belo Horizonte. Desse modo, o prazo para execução da Proposta Definitiva da Entidade Gestora já está contando e, a partir de agora, a Entidade Gestora escolhida pelas Instituições de Justiça (IJs) fica responsável por administrar cerca de 10% do valor total do Anexo 1.1 durante dois anos. Mais de uma centena de pessoas acompanharam a cerimônia de lançamento do Anexo 1.1, realizada no Salão

Vermelho do MPMG. Além de representantes das pessoas atingidas de todas as regiões da Bacia, de familiares de vítimas fatais e de movimentos sociais, também estiveram presentes autoridades, representantes das organizações que compõem a Entidade Gestora e as Assessorias Técnicas Independentes (ATIs).

Em relação à **formação sobre o Anexo 1.1 – atividade 4**, no dia 7 de maio foi realizado o [21° Dois Dedos de Prosa](#), com o intuito de apresentar as atualizações do Anexo 1.1 e as recentes decisões judiciais. A 21ª prosa reuniu representantes das comissões e PCTs e contou com os pontos de apoio na comunidade Balneário Reino dos Lagos, nas sedes de Pompéu e Felixlândia e na comunidade Beira Rio. Na primeira parte do encontro, a Assessoria Técnica Independente (ATI) comunicou às pessoas atingidas a finalização do diagnóstico de danos coletivos e socioeconômicos, construído de forma participativa ao longo dos meses de março e abril. Também foi discutido o conteúdo da deliberação das instituições de justiça e da homologação judicial que determina o início dos trabalhos do Anexo 1.1.

No dia 14 de maio foi realizado o [22° Dois Dedos de Prosa](#), com o intuito de discutir a construção coletiva dos parâmetros para os Conselhos Locais. A 22ª prosa reuniu representantes das comissões e Povos e Comunidades Tradicionais e contou com os pontos de apoio na comunidade Balneário Reino dos Lagos e nas sedes de Pompéu e Felixlândia. O principal ponto de discussão da reunião foi o processo de construção da Estrutura de Governança. O produto da atividade ID 4 apresenta maiores detalhes do encontro.

Em relação à **atividade ID 5 – Proposição de projetos Anexo 1.1**, a discussão sobre os projetos comunitários já foi iniciada na maioria das comissões da Região 5. Para tanto, foram realizados alguns momentos de acompanhamento de reuniões de comissões e reuniões comunitárias em que algumas comissões discutiram sobre as propostas de projetos e apresentaram essas propostas para o restante da comunidade, para que os demais moradores possam também contribuir no processo de escolha e para que haja legitimidade nos projetos. Durante as reuniões, foi possível identificar uma série de potencialidades que se destacam nas comunidades envolvidas. Além dos diálogos com comunidades e comissões, a ATI tem apoiado outras iniciativas com o intuito de auxiliar as pessoas atingidas na proposição de projetos comunitários, como a realização de feiras comunitárias. A ATI também elaborou a [Cartilha Feirantes](#) com

Orientações para organização de feiras comunitárias e boas práticas para a comercialização. Adicionalmente, foi realizada a 3ª feira da Catira do Cerrado, que ocorreu durante o momento cultural na noite de sábado do 5º Encontro de Comissões. Essas iniciativas serão detalhadas no produto da atividade ID 5, anexado no quadro 3 abaixo.

Em relação à **atividades 6, Crédito e Microcrédito**, levando em consideração a finalização da construção da Proposta Definitiva para o Anexo 1.1 e no início das atividades da Entidade Gestora somente no dia 5 de junho de 2025, ainda não foi possível iniciar o trabalho com as Comissões de pessoas atingidas sobre o acesso ao crédito e microcrédito, uma vez que a Entidade Gestora não iniciou suas atividades em campo e está em fase de organização de dados para dar início a sua operação. O tema do crédito e microcrédito foi trabalhado de forma mais lúdica, nas reuniões, através das noções de economia solidária e moeda social, como a Catira do Cerrado nos Encontros de Comissões, norteadas pelos princípios da atuação da Entidade Gestora. Assim como as feiras representam um espaço participativo e de formação sobre crédito e microcrédito.

5.1.1 Produtos do Eixo Anexo 1.1

Os produtos previstos para o eixo Anexo 1.1 no primeiro semestre de 2025 serão enviados conforme planejado, com exceção do produto da atividade ID 6, que não será enviado em virtude do atraso ocorrido no início da atuação da Entidade Gestora, já discutido em outros momentos.

Além disso, informa-se que a justificativa para o não envio da listagem dos participantes eleitos da Região 5 nas instâncias da governança do Anexo 1.1 consta no produto ID 2, tendo em vista a não ocorrência do processo de escolha desses representantes.

Quadro 3 – Produtos das atividades do eixo Anexo 1.1

ID	ATIVIDADE	PRODUTO PREVISTO NO PLANO DE TRABALHO 1º SEMESTRE DE 2025	LINK DO PRODUTO
2	Espaços participativos para a governança do Anexo 1.1	1) Compilado de planejamento e execução da governança do Anexo 1.1, respeitando o estágio de seu desenvolvimento, de responsabilidade da Entidade Gestora 1.1) Listagem das/os participantes eleitas/os das regiões 4 e 5 nas instâncias da governança do Anexo 1.1., respeitando o estágio de seu desenvolvimento, de responsabilidade da Entidade Gestora	ID 2_Prod_R5.pdf
3	Apoio técnico na governança do Anexo 1.1	Compilado das ações de apoio técnico da ATI nos espaços de governança no semestre	ID 3_Prod_R5.pdf
4	Formação sobre o Anexo 1.1	Relatório de execução do semestre anterior	ID 4_Prod_R5.pdf
5	Proposição de projetos Anexo 1.1	Relatório semestral dos processos participativos realizados para elaboração de projetos e dos projetos propostos e enviados às instâncias deliberativas, respeitando o estágio de desenvolvimento do processo, de responsabilidade da entidade gestora;	ID 5_Prod_R5.pdf
6	Crédito e microcrédito Anexo 1.1	Relatório semestral dos processos participativos realizados para as regras e modelos de crédito e microcrédito, contendo as demandas realizadas pelas pessoas atingidas para acessar, ampliar e facilitar o acesso ao programa	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria (2025)

5.2. ANEXO 1.3

O objetivo do eixo Anexo 1.3, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é promover a participação informada e o controle social nos Anexos 1.3 e 1.4, garantindo a consulta prévia, livre e informada em respeito aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). A seguir, apresenta-se um quadro contendo as atividades previstas e a execução destas no período de abril a junho de 2025:

Quadro 4 — Execução das atividades do eixo Anexo 1.3

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
7	Espaços participativos para o Anexo 1.3	Promover espaços participativos visando à criação de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais que permitam a atuação autônoma das pessoas atingidas no acompanhamento dos projetos do Anexo 1.3 e no controle social do processo de reparação, junto às entidades competentes	01/01/2024	30/06/2025	SIM
8	Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3	Assessorar tecnicamente os PCTs na produção técnica de documentos, no encaminhamento de demandas e na elaboração de protocolos, buscando favorecer a participação informada e manifestação das comunidades em todas as etapas na execução dos projetos do Anexo 1.3	01/07/2023	30/11/2025	NÃO
9	Acompanhamento de PCTs em reuniões externas sobre o Anexo 1.3	Acompanhar os PCTs, quando requisitado, nas etapas de detalhamento e execução dos projetos do Anexo 1.3, assegurando o envio de manifestações aos Compromitentes, quando solicitado	01/07/2023	30/06/2025	NÃO

Fonte: Elaboração própria (2025)

Os **Espaços participativos para o Anexo 1.3 – Atividade 7** – seguem sendo monitorados, principalmente, no suporte de informações de andamentos dos projetos que são mais próximos às comunidades atingidas, já que muitos destes projetos estão atrasados de acordo com as informações disponibilizadas pelo sistema de acompanhamento da Fundação Getúlio Vargas. Dessa forma, o envio das atualizações do Anexo 1.3 estão sendo realizadas sob demanda das comissões de pessoas atingidas, tendo em vista a dificuldade do acesso à informação de interesse, já que em muitas das vezes a informação é sobre as obras convertidas em execução municipal.

No município de Felixlândia está em fase de execução a obra da via AMG-930, envolvendo serviços de melhoramento e pavimentação da via no trecho compreendido entre o entroncamento da BR-040 e o Distrito de São José do Buriti (24,32 km de extensão). Essa obra é muito desejada pelos moradores do município; 80,9% das pessoas votaram para priorizar a pavimentação dessa estrada na Consulta Pública sobre as ações do Anexo 1.3, realizada em 2021. A pedido dos moradores foi realizada uma Audiência Pública com a participação da empresa contratada, poder público municipal – executivo e legislativo – e as Instituições de Justiça, no dia 7 de maio em São José do Buriti. Na ocasião, os membros das comissões das pessoas atingidas expuseram seus questionamentos e insatisfações sobre o andamento da obra e encaminharam aos membros da mesa da Audiência uma [carta](#) com diversas demandas, entre elas a transparência e o acompanhamento das obras. Para a construção da carta e nivelamento dos entendimentos sobre o andamento do Anexo 1.3, a ATI realizou uma formação no dia 5 de maio, com a participação de 24 representantes de todas as comissões de Felixlândia. Destaca-se que a comunidade da Várzea do Buriti, que vem convivendo com os transtornos da mesma obra, encaminhou aos órgãos competentes um [ofício](#) manifestando sua indignação e preocupação com o processo de desapropriação de terrenos para as obras do trecho viário em questão da Rodovia AMG-930.

Neste trimestre ainda, três comissões da porção leste da Represa de Três Marias encaminharam cartas às Instituições de Justiça e ao poder público local solicitando maior transparência em relação ao Anexo 1.3. A Comissão do Baixo Paraopeba encaminhou um [ofício](#) ao DER, cobrando a realização de manutenção adequada na rodovia MG-164, trecho entre o final do perímetro urbano de Felixlândia (Córrego do

Bagre) e a Barragem de Três Marias, com os recursos restantes do Anexo 1.3. A comissão Formosa encaminhou uma [solicitação](#) de uma reunião com esses atores buscando melhorias e obras para as suas comunidades, tendo em vista a dificuldade de infraestrutura desta região. Por fim, a Comissão Beira Rio encaminhou um [abaixo-assinado](#), solicitando que o valor residual da obra para as vias que se conectam ao Centro Cultural e Esportivo seja também utilizado para o asfaltamento da estrada entre os bairros Beira Rio e Vila dos Albanos, melhorando o acesso dos moradores desta última.

Na porção oeste da Represa de Três Marias destacam-se as reuniões da Comissão de pessoas atingidas de Paineiras, Poções e Atoleiro – CAPPA, com os gestores do município de Paineiras. A primeira reunião foi no dia 10 de abril, em que a Comissão se apresentou e levou alguns questionamentos sobre a transparência do Anexo 1.3. No dia 10 de junho os membros da comissão relataram os danos vivenciados por eles em decorrência do rompimento e apresentaram questionamentos sobre a execução dos Anexos 1.3 e 2.2 no município. A reunião foi conduzida pelas próprias pessoas atingidas, demonstrando o protagonismo e amadurecimento da Comissão. Em contrapartida, os representantes da Prefeitura estiveram abertos ao diálogo e trouxeram algumas informações, mas também relataram as dificuldades de acessar os dados sobre as ações que foram realizadas pela gestão anterior, se prontificando a buscá-las.

A atividade **ID 8 – Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3** vem sendo realizada mediante demanda. Neste trimestre, não ocorreram avanços na construção dos poços artesianos para PCTs do Povo Indígena Kaxixó, e desse modo não houve a necessidade de reunião e/ou acompanhamento de reuniões entre as entidades envolvidas.

Em relação à **atividade ID 9 – acompanhamento de PCTs em reuniões externas sobre o Anexo 1.3**, nos meses de abril, maio e junho de 2025 não ocorreram atividades externas diretamente com pessoas atingidas de PCTs sobre o Anexo 1.3. Considerando que essa atividade está sujeita à demanda e que, neste trimestre, os representantes dos PCTs não realizaram nenhuma solicitação de acompanhamento em reuniões externas sobre o Anexo 1.3, também não ocorreram atividades a serem detalhadas.

5.2.1 Produtos das atividades do eixo Anexo 1.3

Os produtos das atividades 7 e 9 serão enviados, conforme previsão. Em relação ao produto da atividade 8, como não foram solicitados documentos ou apoio técnico aos PCTs em relação aos projetos do Anexo 1.3 por parte dos Compromitentes no semestre, não houve demanda para a atividade, e por isso não há produto a ser entregue.

Em relação ao produto 7, cabe ressaltar que ainda não existe documentação sobre a fundação oficial de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento na Região 5. Porém, existem evidências do apoio da ATI à participação das comissões da Região 5 em reuniões no nível municipal, com objetivo de acompanhar os projetos do Anexo 1.3, compiladas no produto semestral do ID 7.

Quadro 5 – Produtos das atividades do eixo Anexo 1.3

ID	ATIVIDADE	PRODUTO PREVISTO NO PLANO DE TRABALHO PARA O 1º SEMESTRE DE 2025	LINK DO PRODUTO
7	Espaços participativos para o Anexo 1.3	1) Relatório semestral dos processos participativos para a construção de comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais 1.1) Documento de fundação dos comitês, conselhos ou órgãos de acompanhamento e fiscalização municipais	ID 7_Prod_R5.pdf
8	Apoio técnico a PCTs no Anexo 1.3	Compilado de relatórios e documentos enviados ao Comitê de Compromitentes construídos no semestre com as comunidades a cada etapa dos projetos, conforme determinação dos Compromitentes	Não se aplica
9	Acompanhamento de PCTs em reuniões externas sobre o Anexo 1.3	Compilado com o registro das reuniões externas realizadas no semestre com a participação das comunidades e acompanhamento da ATI	ID 9_Prod_R5.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025)

5.3. ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO

O objetivo do eixo Organização Social e Comunicação, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é promover a participação informada de forma a mobilizar pessoas e comunidades atingidas para a estruturação da organização social que incida sobre o processo de reparação, considerando as especificidades étnico-raciais, de gênero, geracionais, culturais e sociais presentes no território. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de abril a junho de 2025:

Quadro 6 — Execução das atividades do eixo Organização Social e Comunicação

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
10	Organização das comissões	Promover reuniões, presenciais ou virtuais, com as comissões de pessoas atingidas, em escala local e regional, direcionadas ao seu desenvolvimento organizacional, à avaliação da ATI, ao planejamento coletivo e à discussão das condições materiais necessárias às instâncias participativas, buscando o desenvolvimento de autonomia, construção de protagonismo e de formas de controle social, bem como apoiar a atuação de representantes nos espaços de bacia direcionados à tomada de decisão sobre assuntos relativos à reparação integral dos danos.	01/07/ 2023	30/11/ 2025	SIM
11	Organização dos PCTs	Construir espaços participativos para Povos e Comunidades Tradicionais aprofundarem o entendimento sobre seus direitos específicos, de maneira a fortalecer a autonomia no Sistema de Participação.	01/07/ 2023	30/11/ 2025	SIM
12	Apoio na participação em eventos externos	Apoiar a participação das pessoas atingidas em eventos externos promovidos por atores envolvidos no processo de reparação, visando à formação cidadã, à representatividade das pessoas atingidas das Regiões 4 e 5 e ao envolvimento delas nos processos de tomada de decisão relativos aos seus direitos específicos.	01/07/ 2023	30/11/ 2025	SIM

13	Comunicação	Garantir a produção e a distribuição de materiais de comunicação — formativos, informativos e mobilizadores — sobre temas e ações relativos ao processo de reparação para as populações atingidas das Regiões 4 e 5, em diversos formatos e suportes, com linguagem acessível e informações seguras. Divulgar o trabalho da assessoria técnica do Projeto Paraopeba de forma responsável e eficiente para as partes interessadas.	01/07/ 2023	30/12/ 2025	SIM
14	Mobilização social	Promover atividades e encontros regulares com pessoas atingidas para fortalecimento de vínculos, escuta ativa e diálogo direto, a fim de informá-las e envolvê-las no processo de reparação.	01/07/ 2023	30/09/ 2025	SIM
15	Operacionalização regional	Realizar gestão e manutenção dos escritórios, aquisição e gestão de materiais e equipamentos, organizar e produzir eventos institucionais, planejar e operacionalizar a logística para a realização de atividades.	01/07/ 2023	31/11/ 2025	SIM
16	Suporte logístico	Conduzir veículos transportando equipes, pessoas atingidas e equipamentos, contribuir com a organização das atividades de campo, apoiar as equipes na execução das atividades.	01/07/ 2023	31/09/ 2025	SIM

Fonte: Elaboração própria (2025)

Em relação à **atividade 10 — organização das comissões**, durante os meses de abril a junho, as comissões e a Instância Regional 5 (IR5) passaram por diversas atividades, como processos formativos, reuniões comunitárias e outras atividades. Os destaques para o período foram a realização de atividades relacionadas ao Anexo 1.1 e o 5º Encontro de Comissões da Região 5.

Em abril, dando seguimento à atividade iniciada no mês de março, foi realizada a ação de validação de danos coletivos pelas comunidades e comissões atingidas, conforme mencionado no eixo Anexo 1.1. Essa atividade foi realizada em rodada de reuniões com todas as comissões da Região 5.

Além disso, ocorreram outras ações importantes, como formações sobre registro e repasse de informações, realizadas a partir de demandas específicas das comissões. Também em abril, foi realizada uma reunião conjunta de comissões para a construção de um ofício enviado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e ao Comitê Pró-Brumadinho, com o objetivo de reivindicar ações relacionadas à qualidade da água e aos impactos contínuos nos corpos hídricos dos territórios atingidos.

O mês de maio foi marcado pelo ciclo de discussão sobre a governança do Anexo 1.1, com diálogo junto às comissões sobre a modulação dos conselhos locais, conforme descrito no eixo deste anexo. Além disso, algumas comissões realizaram as indicações de seus conselheiros; outras, porém, entenderam que esta indicação deveria ser feita após a definição das comunidades elegíveis ao Anexo 1.1, a fim de não gerar falsas expectativas. O diálogo acerca da modulação dos conselhos alcançou seu ápice no 5º Encontro de Comissões da Região 5, com amplo espaço de diálogo e consenso acerca desta definição.

Realizado nos dias 7 e 8 de junho, o 5º Encontro de Comissões reuniu representantes de todas as comissões da Região 5, em Curvelo/MG, para debater a governança do Anexo 1.1 e refletir sobre as perspectivas futuras da atuação da Assessoria Técnica Independente. O mês também foi significativo para articulações com pessoas atingidas, escuta das comunidades e continuidade do levantamento de propostas no âmbito do Anexo 1.1.

Paralelamente, outras atividades relevantes ocorreram, como uma reunião preparatória e o acompanhamento da audiência pública sobre o asfaltamento da

AMG-930 em São José do Buriti/Felixlândia, com ampla participação de comissões, conforme mencionado no eixo Anexo 1.3. Em maio também houve o avanço de outras frentes, como as discussões sobre projetos do Anexo 1.1 com a comissão de São Gonçalo do Salto, a realização da feira comunitária de Lagoa do Meio e Tronco, e o Encontro de Mulheres do Baixo Paraopeba.

As comissões da Região 5 estão em fase de consolidação de sua atuação política, com fortalecimento da participação nos conselhos do Anexo 1.1 e maior articulação entre si. Já a Instância Regional 5 encontra-se em um momento de amadurecimento, com representantes capacitados por meio de formações específicas para mediação, mobilização e secretariado, o que tem possibilitado o avanço das pautas e uma participação mais estruturada nas reuniões regionais. Em abril aconteceu o primeiro ciclo de formação para as funções com os representantes escolhidos em reunião anterior. Essa formação foi fundamental para que a reunião subsequente da Instância pudesse acontecer com maior organização e clareza de responsabilidades. Em abril também foi realizada uma reunião extraordinária da IR5, na qual foi feito um primeiro exercício em que as próprias pessoas atingidas mediarão o espaço, conduziram os diálogos, monitoraram e garantiram o respeito aos tempos de fala de cada participante e, ainda, sistematizaram os encaminhamentos propostos. A reunião teve como principal pauta os alinhamentos entre os representantes da IR5, acerca dos pontos a serem dialogados junto às IJs em comitiva formada por quatro integrantes da IR5 e quatro da IR4.

As principais dificuldades enfrentadas no período foram a redução do quadro de profissionais das equipes alocadas na Região 5, sem reposição de vagas, o que resultou em sobrecarga de trabalho e necessidade de redistribuição de tarefas frente ao grande volume de atividades concomitantes. Além disso, a incompatibilidade de horários com algumas pessoas atingidas dificultou a realização de atividades presenciais e comprometeu o engajamento em algumas localidades. Esses fatores exigiram maior esforço organizativo da equipe e das lideranças locais. Também foram observados desafios na comunicação entre as comissões e a Instância Regional, devido à ausência de infraestrutura mínima em algumas comunidades (como sinal de internet e espaços apropriados para reunião).

Sobre a **atividade 11 — organização dos PCTs**, entre os meses de abril e junho, os ciganos Calon de Beira Rio e os Ribeirinhos do São Francisco participaram de atividades voltadas à estruturação de seus Protocolos de Consulta. As ações incluíram gravações de material audiovisual, seleção de fotografias e diálogos voltados à composição dos referidos protocolos. No caso dos Ribeirinhos do São Francisco, houve apoio à realização de uma reunião comunitária, ocasião em que foi possível apresentar a importância do Protocolo de Consulta e compartilhar informações sobre o andamento de sua construção. Durante essa atividade, também foi resgatada a trajetória de atuação da comissão local, destacando os principais marcos na luta por direitos e reparações.

Ainda nesse período, assim como as demais comissões, os povos e comunidades tradicionais da região 5 foram convidados a participar do processo de conferência dos danos coletivos, da composição dos conselhos e setores locais – instâncias de participação da estrutura de governança do Anexo 1.1, sendo os setores a instância de participação dos PCTs, bem como do 5º Encontro de Comissões da Região 5.

A Comissão Guiados pelo Axé, entretanto, não realizou o processo de validação de danos nesta última etapa, em razão da dificuldade de seus membros em encontrarem uma agenda comum para a atividade, somado a alguns tensionamentos internos da comissão, decorrente de uma aparente ausência de coesão entre as casas. Pelas mesmas razões, a construção do protocolo de consulta e regimento interno da comissão não avançaram para a finalização, embora tenham sido realizadas reuniões para tentativa de avanço nesses processos.

A principal dificuldade enfrentada na execução dessas atividades foi a escassez de profissionais disponíveis para atender às diversas demandas que ocorreram simultaneamente. Um ponto específico do povo cigano Calon de Beira Rio, foi a dificuldade de acessá-los em algumas agendas previstas, em respeito ao luto que enfrentaram pela perda de um ente próximo, sendo necessário ajustar datas para realização de algumas atividades.

Em relação à **atividade 12 — apoio na participação em eventos externos**, em 29 de abril aconteceu a Audiência Pública na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, solicitada pela deputada estadual Bella Gonçalves (PSOL), para discutir sobre a saúde das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, ocorrido

em 2019. Participaram da audiência três pessoas atingidas das regiões 4 e 5, sendo uma delas representante do povo Kaxixó, e a ATI contribuiu com apoio técnico e logístico. Maiores detalhes da atividade serão apresentados no produto da atividade ID 12.

Em relação à **atividade 13 – comunicação**, de abril a junho foram produzidas para a Região 5 dezenas de matérias para o site, vídeos, materiais didáticos, entre outros, para garantir o direito à informação das pessoas atingidas relativos aos diversos temas concernentes ao trabalho da ATI.

O Anexo 1.1 foi um tema de destaque no trimestre, e contou com a produção de diversos materiais. A definição do [início do projeto piloto do Anexo 1.1](#), a finalização da [conferência de danos junto às comunidades](#) e o [lançamento oficial](#) da execução do Anexo foram noticiados no site. Foi produzido e distribuído um [material impresso](#) sobre a governança do Anexo 1.1 e o registro dos [danos validados na Região 5](#). Além disso, um novo produto lançado no trimestre foi a série de vídeos “Café com Prosa”, conforme apresentado no texto referente ao Anexo 1.1.

Destacaram-se também as disputas em torno do PTR, com matérias sobre as [movimentações judiciais](#) e [mobilizações das pessoas atingidas](#). O tema inclusive [foi pautado na imprensa](#). No apoio às instâncias de participação, foi relevante o lançamento do [Guia com todas as comissões da Região 5](#). Em acréscimo, foi feito o acompanhamento do [programa de Recuperação Socioambiental](#) e realizado o 5º Encontro de Comissões da Região 5, com cobertura em [matéria](#) e [vídeo](#). Ainda, foi lançado um documentário especial sobre o [Festival do Pequi](#), do povo Kaxixó e um [Calendário biocultural](#) dos povos e comunidades tradicionais do Rio Pará, Rio São Francisco e Represa de Três Marias.

Destaca-se também que o [Documentário](#) realizado pelo Instituto Guaicuy sobre ribeirinhos do São Francisco foi escolhido para ser exibido “10º Arquivo em Cartaz - Festival Internacional de Cinema de Arquivo”, que acontecerá em outubro. O festival, promovido pelo Arquivo Nacional, celebrará uma década de valorização do patrimônio audiovisual e da memória por meio do cinema, sendo uma importante oportunidade para divulgar a memória dos acontecimentos vivenciados pelas comunidades com o rompimento da barragem.

No seguinte [documento](#), é possível acessar todas as produções da Comunicação da ATI Paraopeba referentes ao período do relatório, referente à Região 5.

Em relação à **atividade 14 – mobilização social**, entre abril e junho, as atividades de mobilização social na Região 5 tiveram como foco central o fortalecimento das comissões locais e da Instância Regional, com destaque aos já mencionados processos relacionados à governança do Anexo 1.1. As principais ações mobilizadoras ocorreram em torno da conferência dos danos coletivos, que exigiu ampla mobilização entre os membros das comissões e, em alguns casos, articulações com lideranças para garantir a participação de representantes das comunidades atingidas.

Outro destaque relevante foi a mobilização para o Encontro de Comissões da Região 5, realizada por meio de contatos diretos e contínuos com as pessoas atingidas, telefone, *whatsapp*, reuniões e plataformas virtuais como o Google Meet.

O principal desafio para a mobilização foi a conciliação entre os horários de trabalho e a disponibilidade das pessoas atingidas, o que exigiu a reorganização de agendas, realização de articulações com pessoas atingidas e intensificação do contato por meios alternativos. Além disso, tensões entre diferentes formas de organização no território demandaram atenção específica da equipe para garantir que as comissões seguissem fortalecidas como espaços legítimos de representação.

No que se refere às atividades **ID 15 - Operacionalização regional** e **ID 16 - Suporte logístico**, destacou-se o apoio e suporte logístico da ATI para viabilizar a participação das pessoas atingidas nas atividades já mencionadas anteriormente. Nos dias 29 e 30 de abril foi viabilizada a participação de uma pessoa da Região 5, além de duas da Região 4, na Audiência Pública da Saúde na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Foram disponibilizados transporte, almoço, jantar, lanche e a hospedagem das pessoas atingidas em Belo Horizonte. No dia 13 de maio, em que se realizou o Ato do MAB em Belo Horizonte, foi viabilizada a participação de 30 pessoas da Região 5, além de 25 pessoas da Região 4. Foi realizada a locação de vans e utilização dos veículos da frota própria para transportar as pessoas atingidas, além de fornecimento de almoço, jantar, lanche e hospedagem de algumas das pessoas para participar de reuniões com representantes do Ministério Público.

Neste trimestre, outro evento que merece destaque em relação ao suporte logístico e operacionalização regional foi o 5º Encontro Regional de Comissões da Região 5, realizado em Curvelo, nos dias 7 e 8 de junho. Foram utilizadas nove vans e seis veículos da frota institucional para viabilizar o deslocamento das pessoas atingidas até Curvelo, além da van do Instituto Guaicuy, que fez o transporte da equipe. Para que o evento pudesse acontecer da melhor forma possível, foi realizada a locação do auditório e algumas salas do CEFET de Curvelo. Foi também viabilizada toda a alimentação e hospedagem das pessoas atingidas e da equipe da ATI.

5.3.1 Produtos do eixo Organização Social

O quadro a seguir apresenta os produtos referentes ao eixo Organização Social e Comunicação para o primeiro semestre de 2025:

Quadro 7 — Produtos das atividades do eixo Organização Social

ID	ATIVIDADE	LINK DO PRODUTO
10	Organização das comissões	Planejamentos estratégicos realizados no semestre das instâncias locais ID 10_Prod_R5.pdf
11	Organização dos PCTs	Planejamentos estratégicos realizados no semestre das instâncias locais ID 11_Prod_R5.pdf
12	Apoio na participação em eventos externos	Relatório com a síntese dos acontecimentos e encaminhamentos das atividades e eventos. ID 12_Prod_R5.pdf
13	Comunicação	Relatório de execução do Plano de Comunicação ID 13_Prod_R4 e R5.pdf
14	Mobilização social	Extratos das atividades de mobilização realizadas com as pessoas atingidas no semestre, vinculadas aos eixos de atuação do Plano de Trabalho ID 14_Prod_R5.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025)

5.4. RECONHECIMENTO

O objetivo do eixo Reconhecimento das Pessoas Atingidas, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é viabilizar o reconhecimento e autorreconhecimento das pessoas, coletivos e comunidades atingidas, em especial PCTs, visando garantir o direito ao processo de reparação. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução da atividade no período de abril a junho de 2025:

Quadro 8 — Execução da atividade do eixo Reconhecimento das Pessoas Atingidas

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
17	Mapeamento de comunidades não reconhecidas	Identificar e caracterizar comunidades atingidas não reconhecidas, em especial as autoidentificadas como PCTs, e viabilizar o atendimento, pela ATI, de pessoas atingidas ainda não assessoradas, assegurando a inclusão nas atividades participativas implementadas e o respeito a seus modos de vida. Construir processos de reconhecimento dessas pessoas, grupos e comunidades atingidas por parte dos atores da reparação (IJs, estado de Minas Gerais, Vale S.A., FGV, Aecom, Grupo EPA, etc.)	01/07/2023	31/12/2024	CONCLUÍDA

Fonte: Elaboração Própria (2025).

Considera-se que a **atividade 17 – mapeamento de Comunidades não reconhecidas** – está concluída. Nos últimos trimestres não foram reconhecidas novas comunidades e também não houve solicitação para mapeamento de comunidades não reconhecidas por parte das pessoas atingidas. É possível afirmar, por meio dessa atividade, que a integralidade das comunidades atingidas dentro dos atuais critérios de atendimento no âmbito do Acordo Judicial de Reparação foram identificadas e caracterizadas, recebendo atendimento da ATI.

É possível, porém, que com o início do trabalho da Entidade Gestora do Anexo I.1 a partir de junho de 2025, comunidades rurais que não se encaixavam nos critérios de acesso de outras medidas de reparação demandem acompanhamento e sinalizem danos coletivos.

5.4.1 Produtos do eixo Reconhecimento

No período em questão não foram enviados documentos às IJs relacionados ao objetivo, tampouco houve autoidentificação de comunidades/ coletividades que não estavam contempladas em alguma medida de reparação do Acordo Judicial anteriormente. Desse modo, não há produto da atividade 17 para a Região 5 no primeiro semestre de 2025.

Quadro 9 – Produtos das atividades do eixo Reconhecimento

ID	ATIVIDADE	PRODUTO PREVISTO NO PLANO DE TRABALHO	LINK DO PRODUTO
17	Mapeamento de comunidades não reconhecidas	1) Documentos enviados às IJs pela ATI por comunidade autoidentificada no semestre anterior 1.1) Ata/registro e evidências que demonstra a autoidentificação das comunidades/ coletividades que não estão contempladas em alguma medida de reparação do Acordo Judicial no semestre anterior 1.2) Listagem atualizada de comunidades que se autoidentificam como atingidas e não estão contempladas em alguma medida de reparação	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria (2025)

5.5. ANEXO 1.2

O objetivo do eixo Anexo 1.2, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é acompanhar o processo de implementação do Programa de Transferência de Renda, viabilizando informações e apoio residual à população atingida. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de abril a junho de 2025:

Quadro 10 – Execução das atividades do eixo Anexo 1.2

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
18	Apoio técnico individual e/ou familiar no Anexo 1.2	Auxiliar as pessoas atingidas na identificação, no reconhecimento dos meios de obtenção e na organização das documentações necessárias para acesso ao PTR.	01/07/2023	30/09/2025	SIM
19	Apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2	Auxiliar as pessoas atingidas no encaminhamento de demandas, denúncias e reclamações relacionadas ao Anexo 1.2 à FGV e aos Compromitentes e, quando solicitado, intermediar reuniões com os atores envolvidos no processo de reparação.	01/07/2023	30/09/2025	SIM

Fonte: Elaboração própria (2025).

As duas atividades do eixo do Anexo 1.2 têm como objetivo viabilizar informações e apoiar as pessoas atingidas em relação ao Programa de Transferência de Renda (PTR) e ambas seguiram sendo executadas no primeiro trimestre de 2025.

Em relação à **atividade 18 – apoio técnico e/ou familiar no Anexo 1.2**, no presente trimestre foi anunciado pela entidade gestora que, conforme deliberação das Instituições de Justiça, os requerentes que tiveram sua solicitação indeferida até o dia 10 de março de 2025 poderão entrar com recurso até o dia 30 de maio de 2025. Os requerentes que tiverem sua solicitação indeferida em maio terão até o dia 30 de junho para entrar com recurso. Para as demais pessoas atingidas que ainda não tiveram resposta da FGV, um novo prazo para interposição de recurso será anunciado, de acordo com a entidade gestora. Desse modo, neste trimestre foram produzidos e encaminhados alguns ofícios sobre demandas individuais e familiares à Fundação Getúlio Vargas (FGV) e/ou Instituições de Justiça, que questionavam sobre morosidade nas análises de cadastros, pendência de documentação, erro de georreferenciamento da entidade gestora e divergência de endereço. Os documentos são os seguintes: Ofício 24/2025, respondido por meio do documento FGV ACB – CE Nº 46/2025; ofícios [19/2025](#), [25/2025](#), [31/2025](#), [37/2025](#) e [38/2025](#), ainda sem resposta. Alguns desses ofícios não podem ser compartilhados em atenção a LGPD.

Em relação à **atividade 19 – apoio técnico às comunidades e comissões no Anexo 1.2**, foram encaminhados ofícios coletivos à FGV e às IJs e disponibilizado apoio para participação em ato do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), entre outras atividades de apoio técnico. As principais ações serão descritas a seguir.

Em maio, por demanda da comunidade, ATI acompanhou pessoas atingidas da comunidade de Veredas (Abaeté/MG) na sede da Fundação Getúlio Vargas, em Pompéu, para que pudessem fazer recurso contra a decisão de indeferimento de inclusão no PTR. Considerada a realidade da população, em sua maioria sem letramento digital e acesso a internet comprometido, lideranças comunitárias conseguiram articular um ônibus pela prefeitura de Abaeté e demandaram do Instituto Guaicuy suporte técnico e logístico no local, o que foi oportunizado. Em junho, foi enviado o ofício [39/2025](#), relativo aos principais pontos não respondidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) nas reiteradas negativas à inclusão da comunidade de Veredas no PTR. O ofício foi respondido em 2 de

julho, por meio de um parecer conjunto das Instituições de Justiça, cujo entendimento final é que a comunidade não cumpre os requisitos territoriais para o ingresso no Programa de Transferência de Renda.

Em abril, o MAB convidou as comissões das Regiões 4 e 5 para debater a ação judicial sobre PTR/Auxílio Emergencial. A reunião foi conduzida pelo MAB, diante da necessidade de esclarecimentos sobre a Ação Civil Pública proposta pelo movimento em defesa da continuidade do PTR ou da implementação de um auxílio equivalente. Participaram do encontro aproximadamente 86 pessoas de ambas as regiões, que apresentaram questionamentos relacionados a: critérios para a escolha das associações autoras da ação judicial; a importância da participação das pessoas atingidas na elaboração dos documentos a serem encaminhados às Instituições de Justiça; as estratégias do movimento social em caso de improcedência da referida ação. Durante a reunião, foi assegurado o direito à fala das pessoas atingidas, e o representante do MAB respondeu a todos os questionamentos apresentados. Ao final, o mesmo reafirmou o interesse em fortalecer a aproximação com as comunidades atingidas, bem como a importância de manter a mobilização em prol da continuidade do PTR.

Em 13 de maio ocorreu o ato liderado pelo MAB, em que centenas de pessoas atingidas se reuniram em Belo Horizonte, denunciando a reparação insuficiente seis anos após o desastre. A mobilização incluiu marchas e reuniões com representantes do Judiciário e teve como principais pautas a defesa da continuidade do Programa de Transferência de Renda (PTR), a criação de um Auxílio Financeiro Emergencial conforme a PNAB (Lei 14.755/2023), a participação das comunidades na gestão dos recursos do Acordo de Reparação e mais transparência no uso dos R\$700 milhões destinados ao apoio das ações previstas. A ATI ofereceu suporte técnico e logístico para a participação de cerca de 40 pessoas atingidas neste ato.

A comunidade de Paraíso, desde o início do Programa de Transferência de Renda no território – em outubro de 2021, tem enfrentado muitas dificuldades para apresentar a documentação (no caso, o comprovante de residência) exigida pela FGV e, desde então, segue em constante luta para o reconhecimento do direito enquanto comunidade atingida pelo rompimento da barragem da Vale. Durante os anos de 2023, 2024 e 2025 foram realizadas várias tentativas de diálogo com a FGV e as IJs, na tentativa de

reconhecer a comunidade como elegível ao PTR. Conforme constatado na visita dos representantes das Instituições de Justiça, em 18 de junho de 2023, os moradores do Paraíso residem na área delimitada pela poligonal de 1 km e, portanto, possuem o direito de receber o PTR. Em junho de 2025, foi enviado o [Ofício 42/2025](#) com intuito de reiterar a solicitação de divulgação do Parecer das Instituições de Justiça sobre a situação dos pescadores da comunidade de Paraíso, município de Felixlândia, e a orientação adotada pela FGV. O ofício foi respondido, e as Instituições de Justiça se manifestaram favoráveis à inclusão do grupo de pescadores listados pela ATI no PTR, totalizando 33 pessoas, no Critério Território, condicionada à apresentação de declaração emitida pela Colônia dos Pescadores Artesanais e Aquicultores de Três Marias e Regiões Z-05, que ateste a situação de dupla residência.

5.5.1 Produtos do eixo Anexo 1.2

O quadro a seguir apresenta os produtos do eixo Anexo 1.2 para o primeiro semestre de 2025:

Quadro 11 — Produtos das atividades do eixo Anexo 1.2

ID	ATIVIDADE	PRODUTO PREVISTO NO PLANO DE TRABALHO	LINK DO PRODUTO
18	Apoio técnico individual e/ou familiar no Anexo 1.2	Planilha com o compilado de registros realizados	ID 18_Prod_R5.pdf
19	Apoio técnico às comunidades e às comissões no Anexo 1.2	1) Consolidado de comunidades que reportaram problemas de acesso ao PTR ao Guaicuy no semestre 1.1) Compilado de documentos enviados acerca do PTR com pedidos de informações e demandas das pessoas atingidas no semestre	ID 19_Prod_R5.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025)

5.6. REPARAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O objetivo do eixo Reparação Socioambiental, de acordo com o Plano de Trabalho de setembro de 2023, é promover a participação informada, a organização e o controle social a fim de incidir sobre a reparação socioambiental, considerando as especificidades étnico-raciais, de gênero, geracionais, culturais e sociais presentes no território. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de abril a junho de 2025:

Quadro 12 – Execução das atividades do eixo Reparação Socioambiental

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
20	Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental	Realizar ciclos de formação para as lideranças das comissões sobre o conteúdo dos planos e os estudos relacionados à reparação socioambiental.	01/09/2023	31/12/2024	SIM
21	Acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental	Acompanhar as reuniões da auditoria (Aecom), além de reuniões externas entre comissões e outros atores, como Arcadis, ATIs e Compromitentes, para compartilhamento de informações e esclarecimento das pessoas atingidas.	01/07/2023	30/09/2025	SIM
22	Compartilhamento de dados primários socioambientais e de saúde	Organizar e divulgar para as comissões e outros grupos interessados, a partir de critérios preestabelecidos para o acesso, dados socioambientais e de saúde coletados pelo Instituto Guaicuy. A intenção é facilitar o controle social sobre a execução dos planos e estudos relacionados à reparação socioambiental produzidos pelo Instituto.	01/09/2023	30/09/2025	CONCLUÍDA

Fonte: Elaboração própria (2025)

Entre abril e junho de 2025, a atividade **ID 20 – Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental** – permaneceu em andamento, não tendo sido concluída no prazo inicialmente previsto de dezembro de 2024. Conforme já informado no relatório anterior, a prorrogação da atividade se justifica pela continuidade das etapas do Anexo 2.1, pelos desdobramentos do Anexo 2.2 e pelo atraso na execução dos Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), que mantêm elevadas as demandas das pessoas atingidas por informações e formações qualificadas.

Neste trimestre, o Instituto Guaicuy deu continuidade à atualização do mapeamento das demandas das comissões por formações, consolidando os registros realizados pelas equipes em reuniões coletivas, atendimentos individuais e encontros com as comissões, resultando no Produto ID 20 “Consolidado de solicitações de formações sobre a reparação socioambiental”, que será apresentado no quadro 13.

Neste trimestre, duas ações se destacaram na Região 5. A ATI atendeu e apoiou tecnicamente a comissão de Felixlândia para interpretação de laudos laboratoriais da Estação de Tratamento de Água local e da água bruta do Riacho do Bagre, para esclarecimento sobre as violações verificadas. Houve também o encaminhamento do [Ofício 20/2025](#) ao Comitê Pró Brumadinho, em que as comissões das regiões 4 e 5 se reuniram para solicitar esclarecimentos sobre: a frequência de monitoramento das estações do programa de monitoramento especial localizadas no reservatório de Três Marias, as condições de qualidade das águas nas estações de monitoramento do rio São Francisco associadas à presença de mau cheiro no trecho à jusante da UHE Três Marias e, por fim, a liberação de macrófitas para jusante do reservatório da UHE Retiro Baixo em decorrência da operação da usina.

Ao longo do trimestre, foram produzidos e divulgados materiais de comunicação de apoio às formações, como forma de ampliar o acesso à informação qualificada nos territórios. Destaca-se que há uma [página no site do Instituto Guaicuy](#) com todas as matérias e atualizações relacionadas ao Anexo 2. Com relação ao Anexo 2.2, [o Guaicuy divulgou o lançamento do painel do BDMG](#), ferramenta que permite o acompanhamento dos projetos de saneamento básico selecionados pelos municípios. Apesar de ser um instrumento relevante para o controle social, o painel apresentou limitações quanto à transparência, divulgando apenas informações parciais como valores liberados e número

de projetos submetidos, sem detalhamento das ações previstas. Outro material produzido no trimestre foi a nova edição do boletim impresso [Travessia](#), voltado às Regiões 4 e 5, que trouxe explicações acessíveis sobre o estado atual do programa de saneamento, os recursos alocados e a situação de cada município atingido. Já em relação ao Anexo 2.1, foi publicada uma [matéria](#) com esclarecimentos sobre a dragagem do rio Paraopeba para pesquisa minerária, abordando as diferenças dessa atividade em relação à dragagem para retirada de rejeitos, seus impactos ambientais e o estágio atual do processo.

Além dos materiais citados anteriormente, foi também publicada uma [matéria](#) com esclarecimentos sobre a nova chamada do Comitê Técnico Científico da UFMG – CTC/UFMG, voltada especificamente para a Região 5, explicando, em linguagem popular, o objetivo e metodologia dos estudos do subprojeto 68, que trata do uso de radioisótopos para mapeamento dos rejeitos no Reservatório de Três Marias. Isso representou o resultado de trabalho e esforço da ATI junto às pessoas atingidas, que vem lutando pela maior visibilidade da Região 5 no processo de Reparação Socioambiental.

Em relação à **atividade 21 – acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental**, a participação nas reuniões mensais da AECOM tem se mantido com regularidade, conforme os trimestres anteriores. Um resumo em linguagem popular dos assuntos tratados na reunião é publicado no site do Instituto. Para este trimestre são apresentados os resumos das reuniões de [abril](#) e [maio](#) e [junho](#), abordando temas como a dragagem do rio Paraopeba, os ERSHRE, e atualizações sobre os programas vinculados ao Anexo 2.1.

Neste trimestre, o Guaicuy manteve a divulgação contínua das informações relacionadas ao Anexo 2.1 e aos ERSHRE por meio de [boletins mensais publicados em seu site institucional](#). Um ponto crítico observado no período foi a redução significativa, a partir de maio, do tempo de duração das reuniões entre AECOM, Vale e Compromitentes. Essa diminuição comprometeu o aprofundamento das discussões e limitou a abrangência dos temas tratados, gerando preocupação quanto à qualidade do acompanhamento.

5.6.1 Produtos do eixo Reparação Socioambiental

Considerando o cronograma originalmente previsto no Plano de Trabalho, a atividade ID 20 estava programada para ser concluída até dezembro de 2024, não havendo, portanto, previsão de entrega de produto no primeiro semestre de 2025. No entanto, em razão de fatores já apontados anteriormente, a atividade permaneceu em andamento neste semestre. Diante disso, apresenta-se a seguir o produto que evidencia a execução da atividade ID 20 no que se refere ao consolidado de solicitações para formações sobre a reparação socioambiental recebidas pela ATI no primeiro semestre de 2025. Nesse mesmo produto, estarão indicadas as formações que foram realizadas mediante a demanda das comissões e comunidades.

Além disso, também será entregue o produto referente à atividade ID 21, o consolidado dos materiais e solicitações relacionados ao acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental.

Quadro 13 – Produtos do eixo Reparação Socioambiental

ID	ATIVIDADE	PRODUTO PREVISTO NO PLANO DE TRABALHO	LINK DO PRODUTO
20	Formação de lideranças sobre a reparação socioambiental	1) Consolidado de solicitações de formações sobre a reparação socioambiental por comissão no semestre 2) Relatório de execução das formações no semestre	ID 20_Prod_R5.pdf
21	Acompanhamento de reuniões externas sobre a reparação socioambiental	1) Consolidado de reivindicações e documentos elaborados no semestre relacionados ao tema	ID 21_Prod_R5.pdf

Fonte: Elaboração própria (2025)

5.7. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O objetivo do eixo Estrutura Organizacional é garantir a execução financeira e finalística para o alcance dos resultados, assegurando a saúde institucional e segurança jurídica da ATI, buscando proporcionar um ambiente salutar para as/os trabalhadoras/es envolvidas/os, assim como a transparência para as pessoas atingidas e para a comunidade em geral. A partir do quadro a seguir é possível visualizar a execução das atividades no período de abril a junho de 2025:

Quadro 15 – Execução das atividades do eixo Estrutura Organizacional

ID	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	INÍCIO	FINAL	EM EXECUÇÃO
23	Departamento pessoal e recursos humanos	Realizar recrutamento, seleção, contratação, integração, formação, capacitação e desenvolvimento de profissionais, gestão de saúde no trabalho e atividades departamento de pessoal	01/07/2023	31/12/2025	SIM
24	Gestão financeira e de prestação de contas	Realizar pagamentos e gestão de tesouraria, prestação de contas e controladoria, administração de reembolsos e de contratos	01/07/2023	31/12/2025	SIM
25	Assessoria jurídica administrativa	Realizar assessoria jurídica relativa a questões administrativas do Projeto Paraopeba e a impactos indiretos dele ao Instituto	01/07/2023	31/12/2025	SIM
26	Acompanhamento e monitoramento das atividades finalísticas	Acompanhar atividades finalísticas, assim como monitorar atividades realizadas com as pessoas atingidas, visando à prestação de contas da execução finalística do Plano de Trabalho do Projeto Paraopeba	01/07/2023	30/11/2025	SIM
27	Gestão da tecnologias da informação	Gerenciar as tecnologias da informação (TI), aliando as iniciativas tecnológicas com os objetivos estratégicos do Projeto Paraopeba. Realizar planejamento, implementação, monitoramento e manutenção de sistemas, redes, hardwares, softwares e recursos humanos ligados à área de TI	01/07/2023	30/11/2025	SIM
28	Gestão de projeto	Gerir o Projeto Paraopeba garantindo o cumprimento do Termo de Compromisso e do Plano de Trabalho, planejar e realizar orientações organizacionais, garantir segurança institucional e relacionamento institucional	01/07/2023	31/12/2025	SIM

Fonte: Elaboração própria (2025)

As atividades do eixo de Estrutura Organizacional são entendidas como aquelas que fornecem as bases jurídica, de sustentação financeira, de recursos humanos, de suporte tecnológico, de prestação de contas e de gestão para o projeto da ATI. A apresentação de sua execução neste relatório tem por objetivo promover a transparência quanto à alocação de recursos, além de possibilitar uma melhor compreensão da complexidade envolvida na viabilização das atividades finalísticas.

É importante destacar que este é um eixo transversal, voltado a garantir as condições necessárias para a execução financeira e técnica do projeto, com vistas ao alcance dos resultados esperados. Todas as ações descritas foram executadas conforme previsto no Plano de Trabalho.

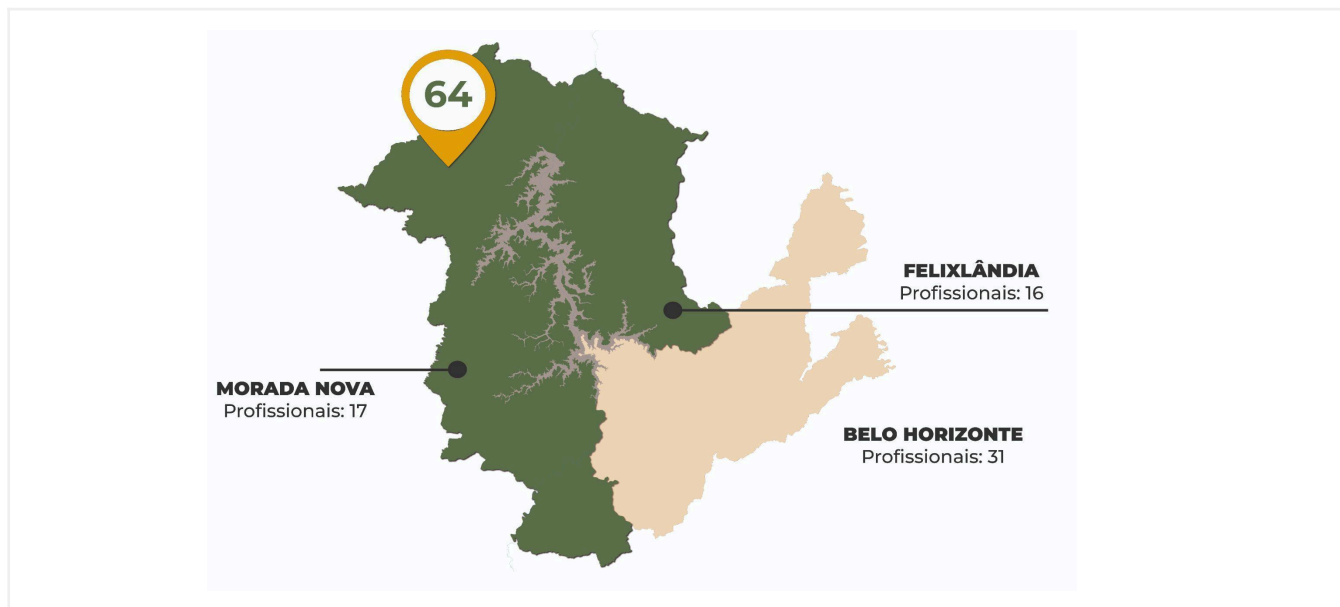
Conforme estabelecido no referido plano, a prestação de contas apresentada neste relatório tem como foco principal as atividades finalísticas. Dessa forma, a execução detalhada das ações do eixo de Estrutura Organizacional — por se tratarem de atividades-meio e processuais, desenvolvidas de forma contínua ao longo do projeto — não será descrita individualmente. Considera-se, assim, que este capítulo evidencia de forma consolidada a execução do eixo. Na sequência, são apresentados os resultados referentes à estrutura organizacional e à abordagem financeira no **período de abril a junho de 2025**.

No que se refere à área de Recursos Humanos e Departamento Pessoal, cabe esclarecer que suas atribuições englobam o recrutamento, seleção, contratação, integração, formação, capacitação e desenvolvimento de profissionais, estagiárias/os e jovens aprendizes, além da gestão da saúde no trabalho. Tais ações são conduzidas por meio de planejamento, execução e organização de dados, com o objetivo de formar uma equipe técnica capacitada e em condições adequadas de saúde e trabalho, assegurando o suporte necessário à assessoria técnica prestada às pessoas atingidas.

Em 30 de junho de 2025, o Instituto Guaicuy contava com 64 profissionais atuando na Região 5, sendo 62 contratados sob o regime da CLT e 02 estagiárias/os. A maior parte dessa equipe foi incorporada à instituição por meio de processos seletivos públicos, conforme editais divulgados no portal de transparência. A listagem analítica da força de trabalho na Região 5, atualizada para a data mencionada, está disponível no

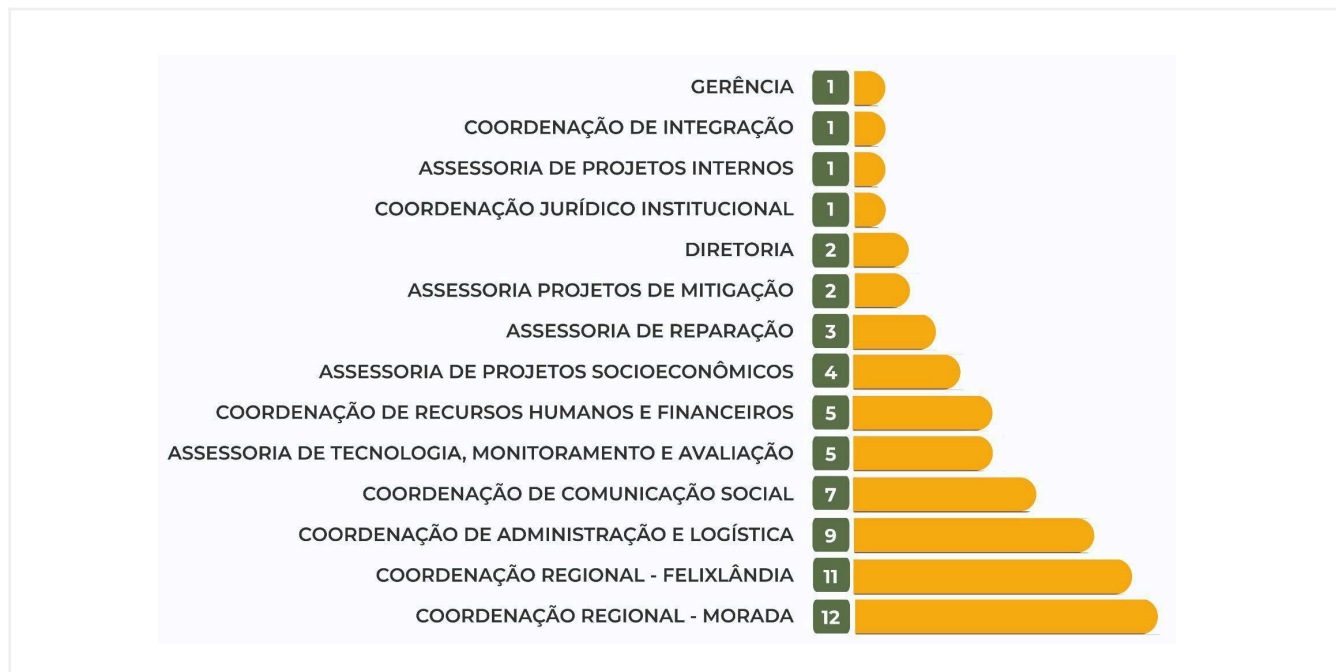
arquivo linkado. A seguir, apresentamos a distribuição do quadro de trabalhadoras/es por localidade e por equipe:

Figura 1 — Profissionais Ativas/os — Região 5 (em 30/06/2025)



Fonte: Elaboração própria (2025).

Figura 2 — Profissionais por equipe — Região 5 (em 30/06/2025)



Fonte: Elaboração própria (2025).

No trimestre foram realizados três desligamentos e o valor total despendido com verbas rescisórias no período foi de R\$25.409,54 (vinte cinco mil, quatrocentos e nove reais e cinquenta e quatro centavos), conforme figura abaixo.

Figura 3 — Rescisões realizadas no trimestre — Região 5



Fonte: Elaboração própria (2025).

Considerando as necessidades de reposição, devido à rotatividade de pessoal, no período foi admitido 1 agente de logística por meio do edital de processo seletivo público. A contratação está listada no quadro a seguir:

Quadro 16 — Admissões realizadas no trimestre — Região 5

ID	ADMISSÃO	CARGO/FUNÇÃO	UNIDADE ORGANIZACIONAL
480	24/04/2025	AGENTE DE LOGÍSTICA	COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Fonte: Elaboração própria (2025)

A contratação de profissionais e estagiárias/os via CLT e lei do estágio garantem o direito a férias anuais de forma remunerada. O valor total despendido com férias no trimestre foi de R\$162.349,73 (cento e sessenta e dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e setenta e três centavos).

Figura 4 — Custeio de férias — Região 5



Fonte: Elaboração própria (2025).

Os detalhamentos de valores auferidos relacionados à folha de pagamento de salário das/os profissionais, encargos previstos por lei; profissionais desligadas/os no

trimestre e trabalhadoras/es que gozaram de férias no período podem ser conferidos por meio dos arquivos [Abril/2025](#), [Maio/2025](#) e [Junho/2025](#).

A gestão financeira e de prestação de contas objetiva realizar pagamentos e gestão de tesouraria, prestação de contas e controladoria, administração de reembolsos e de contratos. Para tal, são realizadas ações de planejamento, execução e organização de dados, direcionadas ao bom uso do recurso financeiro disponibilizado para a promoção da assessoria técnica e sua prestação de contas.

O primeiro repasse de recursos relativo ao Termo de Compromisso pactuado em julho de 2023 foi realizado em 04/08/2023 e o depósito de novos valores está previsto para acontecer conforme o cronograma apresentado no plano de trabalho entregue, que pode ser verificado na figura a seguir.

Figura 5 — Cronograma de repasse de recursos

SEMESTRE	1	2	3	4	5
	2º/2023	1º/2024	2º/2024	1º/2025	2º/2025
REPASSE (R\$)	10.773.462,90	9.225.000,00	4.686.772,00	3.221.847,00	3.075.000,00
PREVISÃO DE DEPÓSITO	Recebido	Recebido	Recebido	Recebido	Jun/2025

Fonte: Elaboração própria (2025).

Apresentam-se neste relatório informações dos contratos firmados, bem como os gastos relacionados às obrigações tributárias e outras despesas desembolsadas, conforme extratos bancários, diante das competências de abril, maio e junho de 2025.

Tabela 2 — Execução financeira Região 5: abril/25 a junho/25

Subvenções em R\$		Rendimento Líquido de Aplicações	Venda Imobilizado	Executado em R\$	Empréstimo entre áreas	Saldo Disponível em 01/07/2025 em R\$	
Saldo em 01/04/2025	30%						
R\$4.369.159,70	R\$1.279.120,83	R\$65.074,00	R\$120.000,00	(R\$3.036.568,67)	(R\$250.000,00)	Saldo em Conta	R\$ 57.260,64
						Fundo Rescisório	R\$ 2.396.983,30
						Fundo Reserva	R\$ 92.541,92
						Total	R\$ 2.546.785,86

Fonte: Elaboração própria (2025).

O presente relatório apresenta a execução das atividades realizadas no período de **abril a junho de 2025**, durante o qual foram desembolsados aproximadamente R\$ 3,0 milhões, correspondendo a 79,49% do orçamento atualizado para o trimestre.

Em 01 de julho de 2025, o saldo disponível em conta corrente era de **R\$57.260,64** (cinquenta e sete mil, duzentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos), valor imediatamente acessível para as despesas operacionais. Além deste, conforme estabelecido no Plano de Trabalho, o restante do saldo refere-se ao **fundo rescisório** que totaliza **R\$2.396.983,30** (dois milhões, trezentos e noventa e seis mil, novecentos e oitenta três reais e trinta centavos), valor reservado para cobrir eventuais despesas relacionadas à desmobilização futura.

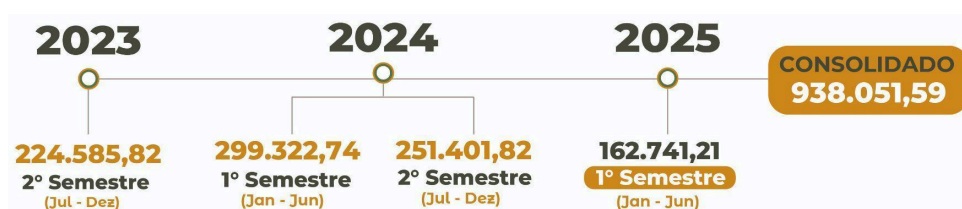
Adicionalmente, o montante de **R\$ 92.541,92** (noventa e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos) compõem o **fundo de reserva**, destinado à cobertura de possíveis custos indiretos, despesas imprevistas e extraordinárias, contingências e eventuais indenizações a terceiros, conforme previsto no Termo de Compromisso.

Esses valores refletem a política de gestão financeira responsável da instituição, que mantém reservas específicas para garantir o cumprimento de obrigações trabalhistas e institucionais.

Ainda de acordo com o Termo de Compromisso, os recursos disponibilizados pelas Instituições de Justiça ao Instituto Guaicuy, para a execução do Plano de Trabalho, deverão ser mantidos em aplicações financeiras conservadoras, com remuneração e liquidez imediata. Dessa forma, todo rendimento obtido por meio dessas aplicações será integralmente revertido à execução das atividades previstas no referido Plano de Trabalho.

Assim, apresentamos na Figura 6 o detalhamento dos rendimentos líquidos das aplicações (já descontados os valores de IR e IOF).

Figura 6 — Rendimento de aplicações financeiras



Fonte: Elaboração própria (2025).

A seguir, apresentamos o detalhamento execução financeira do trimestre por rubrica:

Tabela 3 – Execução Financeira Região 5 por Rubrica

	04/2025	05/2025	06/2025	TOTAL
ALIMENTAÇÃO	R\$ 9.584,88	R\$ 6.596,39	R\$ 53.365,10	R\$ 69.546,37
ESPAÇOS PARTICIPATIVOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.520,00	R\$ 1.520,00
MATERIAL PERMANENTE / INVESTIMENTO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 1.110,24	R\$ 1.370,27	R\$ 2.634,11	R\$ 5.114,62
SERVIÇOS	R\$ 66.218,74	R\$ 64.063,08	R\$ 130.149,64	R\$ 260.431,46
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 301.335,89	R\$ 313.932,70	R\$ 303.471,16	R\$ 918.739,75
TRANSPORTE	R\$ 55.776,95	R\$ 82.006,73	R\$ 123.654,69	R\$ 261.438,37
VIAGENS	R\$ 4.057,86	R\$ 6.852,75	R\$ 23.889,25	R\$ 34.799,86
PROVENTOS LÍQUIDO	R\$ 452.448,15	R\$ 429.270,08	R\$ 387.193,85	R\$ 1.268.912,08
BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - EMPREGADO E PATRONAL	R\$ 69.897,41	R\$ 65.936,96	R\$ 69.693,58	R\$ 205.527,95
COFINS SOBRE RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 2.625,95	R\$ 2.624,24	R\$ 2.445,55	R\$ 7.695,74
OUTROS	R\$ 568,69	R\$ 9,00	R\$ 2.264,78	R\$ 2.842,47
CONSOLIDADO	R\$ 963.624,76	R\$ 972.662,20	R\$ 1.100.281,71	R\$ 3.036.568,67

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os custos relacionados à folha de pagamento e aos benefícios representaram 78,81% da execução total do trimestre. Os custos com serviços e contratações representaram 8,74% e os custos com transporte e alimentação, 12,05%. Os demais custos representam 0,40% do total.

Em seguida, apresentamos o detalhamento da execução financeira por semestre e por rubrica em relação ao orçado:

Tabela 4 — Orçado x Realizado por Rubrica — Região 5

	ORÇADO				REALIZADO				
	2º2023	1º2024	2º2024	1º2025	2º2023	1º2024	2º2024	1º2025	%
ALIMENTAÇÃO	R\$ 104.972	R\$ 109.171	R\$ 128.775	R\$ 113.538	R\$ 59.162	R\$ 51.734	R\$ 123.089	R\$ 114.079	76,3%
ESPAÇOS PARTICIPATIVOS	R\$ 7.080	R\$ 7.363	R\$ 20.563	R\$ 7.658	R\$ 6.280	R\$ 200	R\$ 9.250	R\$ 6.148	51,3%
MATERIAL PERMANENTE / INVESTIMENTO	R\$ 62.434	R\$ 49.300	R\$ 4.004	R\$ 7.538	R\$ 420	R\$ 42.203	R\$ 20.928	R\$ 1.515	52,8%
MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 47.284	R\$ 23.421	R\$ 30.621	R\$ 20.209	R\$ 7.752	R\$ 21.667	R\$ 29.524	R\$ 10.288	57,0%
SERVIÇOS	R\$ 508.761	R\$ 525.395	R\$ 485.267	R\$ 515.764	R\$ 361.523	R\$ 404.324	R\$ 361.859	R\$ 443.038	77,2%
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 2.934.952	R\$ 2.077.242	R\$ 1.851.861	R\$ 2.580.962	R\$ 2.790.122	R\$ 2.375.317	R\$ 2.443.422	R\$ 1.911.706	100,8%
TRANSPORTE	R\$ 460.696	R\$ 477.065	R\$ 489.160	R\$ 377.429	R\$ 360.159	R\$ 316.055	R\$ 461.778	R\$ 431.453	87,0%
VIAGENS	R\$ 154.200	R\$ 160.368	R\$ 177.300	R\$ 83.391	R\$ 40.840	R\$ 40.730	R\$ 88.060	R\$ 60.581	40,0%
PROVENTOS LÍQUIDO	R\$ 3.849.895	R\$ 2.738.270	R\$ 2.431.130	R\$ 3.393.871	R\$ 4.319.357	R\$ 3.171.367	R\$ 3.241.084	R\$ 2.548.439	107,0%
BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	R\$ 566.035	R\$ 402.086	R\$ 354.438	R\$ 511.410	R\$ 560.070	R\$ 488.591	R\$ 421.245	R\$ 400.736	102,0%
COFINS SOBRE RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA ^{2 3}	R\$ 60.000	n/a	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 63.264	R\$ 19.557	R\$ 13.736	R\$ 12.722	n/a
OUTROS	R\$ 900	R\$ 13.752	R\$ 13.752	R\$ 13.827	R\$ 97	R\$ 3.817	R\$ 1.675	R\$ 2.869	20,0%
FUNDO DE RESERVA ³	R\$ 30.000	R\$ 20.000	R\$ 20.000	R\$ 15.000	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 71.195	R\$ 15.000	n/a
PROVISIONAMENTO RESCISÃO ⁴	R\$ 1.662.977	R\$ 1.662.977			R\$ 1.781.669	R\$ 780.425	R\$ 159.185	-R\$ 659.167	n/a
CONSOLIDADO	R\$ 10.450.186	R\$ 8.266.410	R\$ 6.006.872	R\$ 7.640.596	R\$ 10.350.715	R\$ 7.715.986	R\$ 7.446.032	R\$ 5.299.409	95,2%

Fonte: Elaboração própria (2025).

² Sendo o COFINS um tributo federal calculado sobre os rendimentos das aplicações financeiras, não há previsão de orçamento para tal, uma vez que é abatido da própria rentabilidade da aplicação.

³ O valor apresentado na Tabela 4, referente ao fundo de reserva, corresponde à sua composição, e não à sua utilização. Cabe destacar que, conforme previsto no Termo de Compromisso, essa reserva deve ser mantida em aplicação financeira com remuneração e liquidez diária. Considerando que havia um valor mínimo exigido para a aplicação, a ATI optou por realizar a reserva com o valor total previsto no plano de trabalho, em vez de efetuar-la de forma parcelada.

⁴ O valor apresentado na Tabela 4, referente ao fundo rescisório, diz respeito à sua composição e não à sua utilização. Quando há necessidade de uso, os registros são demonstrados nas microrubricas específicas correspondentes aos respectivos pagamentos.

No período, houveram pagamentos de impostos referentes aos serviços como de terceiros, INSS, FGTS, PIS, etc., sendo despendido o valor de R\$ 967.144,52 (novecentos e sessenta e sete mil, cento e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos). O detalhamento mensal poderá ser acessado por meio do link: impostos de [Abril/2025](#), [Maio/2025](#) e [Junho/2025](#).

As informações elencadas na Tabela 5 apresentam a movimentação da conta corrente inicial, detalhamento das despesas ocorridas no período, pagamento de salários, encargos, rescisões contratuais, férias e impostos (serviços de terceiros e demais impostos).

Tabela 5 — Extrato de movimentação em conta corrente — Região 5

MÊS	MOVIMENTAÇÃO - R5				SALDO
	ENTRADA	SAÍDA	MOV. DO MÊS	RENDIMENTOS	
Saldo em 01/07/2023					R\$ 1.215.396,49
julho 2023	R\$ 287.243,70	-R\$ 1.619.603,07	-R\$ 1.152.359,37	-R\$ 71,58	R\$ 62.965,54
	R\$ 180.000,00	Transferência entre regiões 28/07/2023			
agosto 2023	R\$ 313.485,97	-R\$ 1.994.872,24	-R\$ 1.501.386,27	R\$ 28.920,31	R\$ 9.183.962,48
	Transferência entre regiões – 07/08/2023		-R\$ 180.000,00		
	R\$ 10.773.462,90		Resgate Depósito Judicial – 04/08/2023		
setembro 2023	R\$ 585.715,59	-R\$ 1.873.508,76	-R\$ 1.287.793,17	R\$ 80.334,94	R\$ 7.976.504,25
outubro 2023	R\$ 331.373,54	-R\$ 1.657.347,16	-R\$ 1.325.973,62	R\$ 62.126,77	R\$ 6.712.657,40
novembro 2023	R\$ 171.210,27	-R\$ 1.818.943,51	-R\$ 1.647.733,24	R\$ 17.704,20	R\$ 5.082.628,36
dezembro 2023	R\$ 663.009,64	-R\$ 2.136.810,35	-R\$ 1.473.800,71	R\$ 35.571,18	R\$ 3.644.398,83
janeiro 2024	R\$ 433.594,69	-R\$ 1.606.962,86	-R\$ 1.173.368,17	R\$ 25.134,65	R\$ 2.496.165,31
fevereiro 2024	R\$ 352.463,95	-R\$ 1.472.400,39	-R\$ 1.119.936,44	R\$ 70.860,31	R\$ 10.672.089,18
	R\$ 9.225.000,00	Resgate Depósito Judicial – 05/02/2024			
março 2024	R\$ 359.460,38	-R\$ 1.638.613,24	-R\$ 1.279.152,86	R\$ 76.191,49	R\$ 9.469.127,81
abril 2024	R\$ 389.986,41	-R\$ 1.474.046,80	-R\$ 1.084.060,39	R\$ 68.308,12	R\$ 8.453.375,54
maio 2024	R\$ 372.610,12	-R\$ 1.558.837,94	-R\$ 1.186.227,82	R\$ 9.403,39	R\$ 7.276.551,11
junho 2024	R\$ 405.317,51	-R\$ 1.498.012,76	-R\$ 1.092.815,10	R\$ 49.424,78	R\$ 6.233.280,64
julho 2024	R\$ 380.419,29	-R\$ 1.608.129,67	-R\$ 1.227.710,38	R\$ 44.334,14	R\$ 5.049.904,40
agosto 2024	R\$ 378.420,61	-R\$ 1.466.354,46	-R\$ 1.087.933,85	R\$ 58.774,27	R\$ 8.707.516,76
	R\$ 4.686.771,94	Resgate Depósito Judicial – 09/08/2024			
setembro 2024	R\$ 350.779,67	-R\$ 1.525.952,98	-R\$ 1.175.173,31	R\$ 56.152,62	R\$ 7.588.496,07
outubro 2024	R\$ 363.933,32	-R\$ 1.580.519,89	-R\$ 1.216.586,57	R\$ 57.802,46	R\$ 6.429.711,96
novembro 2024	R\$ 349.696,83	-R\$ 1.423.912,38	-R\$ 1.074.215,55	R\$ 1.984,42	R\$ 5.357.480,83
dezembro	R\$ 530.124,99	-R\$ 1.964.157,02	-R\$ 1.434.032,03	R\$ 32.353,91	R\$ 3.955.802,71

2024					
janeiro 2025	R\$ 420.590,57	-R\$ 1.451.366,42	-R\$ 1.030.775,85	R\$ 30.380,69	R\$ 2.955.940,88
	R\$ 533,33	Venda Imobilizado			
fevereiro 2025	R\$ 345.700,76	-R\$ 1.319.783,40	-R\$ 974.082,64	R\$ 25.490,68	R\$ 5.229.195,92
	R\$ 3.221.847,00	Resgate Depósito Judicial – 26/02/2025			
março 2025	R\$ 328.684,06	-R\$ 1.230.832,79	-R\$ 902.148,73	R\$ 41.795,84	R\$ 4.369.159,70
	R\$ 316,67	Venda Imobilizado			
abril 2025	R\$ 285.362,57	-R\$ 1.248.987,33	-R\$ 963.624,76	R\$ 37.935,23	R\$ 3.563.470,17
	R\$ 120.000,00	Venda Imobilizado			
maio 2025	R\$ 272.652,14	-R\$ 1.245.314,34	-R\$ 972.662,20	R\$ 2.080,74	R\$ 2.592.888,71
junho 2025	R\$ 1.279.120,83	Incorporação Reserva 30%		R\$ 25.058,03	R\$ 2.546.785,86
	R\$ 259.235,14	-R\$ 1.609.516,85	-R\$ 1.100.281,71		
	Empréstimo entre regiões – 27/06/2025		-R\$ 250.000,00		
TOTAL ACUMULADO	R\$ 38.418.124,39	(38.024.786,61)	(28.663.834,74)	R\$ 938.051,59	

Fonte: Elaboração própria (2025).

Até o mês de junho de 2025, a **Região 5** apresentou um movimento financeiro total de **R\$28.663.834,74** (vinte e oito milhões, seiscentos e sessenta e três mil, oitocentos e trinta e quatro reais e setenta e quatro centavos).

O **saldo remanescente**, considerando os rendimentos das aplicações financeiras e o saldo em conta na data de **1º de julho de 2025**, é de **R\$ 2.546.785,86** (dois milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, setecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e seis centavos).

É importante destacar que, desse valor, **R\$ 2.396.983,30** (dois milhões, trezentos e noventa e seis mil, novecentos e oitenta e três reais e trinta centavos) estão **reservados para o fundo rescisório**, conforme previsto no Plano de Trabalho. Além disso, **R\$ 92.541,92** (noventa e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos) correspondem ao **fundo de reserva**, destinado à cobertura de eventuais despesas imprevistas, custos indiretos e contingências.

O detalhamento da execução orçamentária, despesas, valores, tipos de pagamento e extrato bancário, ocorrida no trimestre, pode ser visualizado por meio dos seguintes documentos: [Abril/2025](#), [Maio/2025](#) e [Junho/2025](#).

Foram apresentadas, neste relatório, as informações referentes aos dispêndios

realizados no trimestre na Região 5. A prestação de contas financeiras constitui uma das obrigações previstas no Termo de Compromisso celebrado entre o Instituto Guaicuy e as Instituições de Justiça, tendo como principal finalidade subsidiar a análise da auditoria contábil-financeira, com vistas à comprovação da correta aplicação dos recursos, em conformidade com o Plano de Trabalho.

Todos os documentos comprobatórios relacionados aos gastos efetuados no período — incluindo contratos, notas fiscais, relatórios, processos de aquisição de bens e serviços, entre outros — foram devidamente organizados e disponibilizados para análise da auditoria externa, assegurando a transparência e a rastreabilidade das despesas realizadas.

5.7.1 Revisão do Orçamento do Plano de Trabalho

Durante o período analisado, foi registrado um aumento no valor total do orçamento do Projeto, decorrente dos rendimentos obtidos com as aplicações financeiras dos recursos repassados pelas Instituições de Justiça.

Conforme estabelecido no Termo de Compromisso, os valores são mantidos em aplicações de perfil conservador, com liquidez imediata e remuneração compatível com o mercado. Em razão dos sucessivos aumentos da Selic pelo Banco Central, os rendimentos auferidos superaram as estimativas inicialmente previstas, resultando em um acréscimo significativo no orçamento disponível para a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho.

Esse desempenho positivo das aplicações contribui para o fortalecimento da capacidade financeira do Projeto, possibilitando a ampliação do escopo de ações, a cobertura de eventuais imprevistos e o reforço das reservas estratégicas, sempre em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos.

Parte dos recursos foi proveniente da venda de equipamentos adquiridos originalmente com recursos do próprio projeto. Conforme previsto no Termo de Compromisso firmado em 17 de julho de 2023, tais bens poderiam ser revertidos ao projeto por meio de alienação legalmente prevista, desde que os valores arrecadados

fossem integralmente aplicados na execução do objeto pactuado.

Além dos rendimentos, outros fatores também impactaram diretamente o valor total do orçamento do projeto. Entre eles, repasses realizados a maior em função dos rendimentos financeiros, recursos obtidos com a venda de equipamentos e a utilização da reserva técnica dos 30%.

Ademais, conforme ofício 05/2025, enviado às Instituições de Justiça, o Instituto Guaicuy incorporou ao orçamento do plano de trabalho os recursos acumulados referentes à reserva dos 30%, utilizando-os sem previsão de recomposição futura⁵. O saldo acumulado com rendimentos bancários referente a região 5 era de **R\$2.303.512,00** (dois milhões, trezentos e três mil, quinhentos e doze reais).

Assim, o montante total incorporado ao plano de trabalho é de **R\$3.009.426,38** (três milhões, nove mil, quatrocentos e vinte seis reais e trinta e oito centavos), conforme demonstrativo a seguir.

Tabela 6 – Valores incorporados ao Orçamento do Plano de Trabalho – Região 5

	2º2023	1º2024	2º2024	1º2025	2º2025	TOTAL
Repasse com Rendimentos						R\$ 0,00
Rendimento das Aplicações acima do orçado	R\$ 209.585,82	R\$ 118.569,74	R\$ 145.486,82	R\$ 111.422,00		R\$ 585.064,38
Venda Equipamentos				R\$ 120.850,00		R\$ 120.850,00
Reserva 30%				R\$ 2.303.512,00		R\$ 2.303.512,00
Total a acrescentar no orçamento	R\$ 209.585,82	R\$ 118.569,74	R\$ 145.486,82	R\$ 2.535.784,00	R\$ 0,00	R\$ 3.009.426,38

Fonte: Elaboração própria (2025).

Dessa forma, apresentamos a seguir o valor total do orçamento atualizado, bem como a distribuição do orçamento por rubricas, já considerando os ajustes mencionados.

Tabela 7 – Orçamento Total Revisado – Região 5

	PTR	Valor Atualizado
Saldo Conta 01/07/2023	R\$ 1.215.396,00	R\$ 1.215.396,00

⁵ Conforme [ofício](#) enviado às IJ's em 30 de janeiro de 2025: (...) utilizará o recurso previamente provisionado, equivalente a 30% do repasse financeiro recebido em dezembro de 2022 (...) esse recurso será utilizado de forma definitiva, sem previsão de recomposição futura. (...).

Entrada Recursos pelas IJs	R\$ 30.760.962,90	R\$ 30.982.081,90
Projeção Rendimento	R\$ 534.950,00	R\$ 898.636,95
Venda Imobilizado	R\$ 0,00	R\$ 850,00
Total	R\$ 32.511.308,90	R\$ 33.096.964,85
<i>Reposição do Fundo Rescisório</i>	<i>R\$ 3.325.953,00</i>	<i>R\$ 3.325.953,00</i>
<i>Fundo de Reserva</i>	<i>R\$ 182.266,00</i>	<i>R\$ 182.266,00</i>
Orçamento Total Projeto	R\$ 32.511.308,90	R\$ 33.096.964,85

Fonte: Elaboração própria (2025).

Tabela 8 — Orçamento por Rubricas Revisado — Região 5

Região 5						
	2º2023	1º2024	2º2024	1º2025	2º2025	TOTAL
ALIMENTAÇÃO	R\$ 104.972	R\$ 109.171	R\$ 128.775	R\$ 113.538	R\$ 18.603	R\$ 475.059
ESPAÇOS PARTICIPATIVOS	R\$ 7.080	R\$ 7.363	R\$ 20.563	R\$ 7.658	R\$ 0	R\$ 42.664
MATERIAL PERMANENTE / INVESTIMENTO	R\$ 62.434	R\$ 49.300	R\$ 4.004	R\$ 7.538	R\$ 0	R\$ 123.276
MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	R\$ 47.284	R\$ 23.421	R\$ 30.621	R\$ 20.209	R\$ 428	R\$ 121.964
SERVIÇOS	R\$ 508.761	R\$ 525.395	R\$ 485.267	R\$ 515.764	R\$ 429.996	R\$ 2.465.183
ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 2.934.952	R\$ 2.077.242	R\$ 1.851.861	R\$ 2.580.962	R\$ 975.795	R\$ 10.420.812
TRANSPORTE	R\$ 460.696	R\$ 477.065	R\$ 489.160	R\$ 377.429	R\$ 149.080	R\$ 1.953.430
VIAGENS	R\$ 154.200	R\$ 160.368	R\$ 177.300	R\$ 83.391	R\$ 10.464	R\$ 585.724
PROVENTOS LÍQUIDO	R\$ 3.849.895	R\$ 2.738.270	R\$ 2.431.130	R\$ 3.393.871	R\$ 1.281.602	R\$ 13.694.769
BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	R\$ 566.035	R\$ 402.086	R\$ 354.438	R\$ 511.410	R\$ 193.437	R\$ 2.027.406
COFINS SOBRE RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	R\$ 60.000	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 60.000
OUTROS	R\$ 900	R\$ 13.752	R\$ 13.752	R\$ 13.827	R\$ 0	R\$ 42.231
FUNDO DE RESERVA	R\$ 30.000	R\$ 20.000	R\$ 20.000	R\$ 15.000	R\$ 97.266	R\$ 182.266
PROVISIONAMENTO RESCISÃO	R\$ 1.662.977	R\$ 1.662.977				R\$ 3.325.953
CONSOLIDADO	R\$ 10.450.186	R\$ 8.266.410	R\$ 6.006.872	R\$ 7.640.596	R\$ 3.156.672	R\$ 35.520.736

Fonte: Elaboração própria (2025).

5.7.2 Venda de Equipamentos

Conforme previsto no Termo de Compromisso firmado em 17 de julho de 2023, o Instituto Guaicuy conduziu um processo de venda de bens patrimoniais adquiridos para execução das atividades da Assessoria Técnica Independente nas Regiões 4 e 5. A iniciativa seguiu integralmente os critérios estabelecidos pela CAMF por meio do Ofício nº 24/2023 e sua Nota Complementar, incluindo a obrigatoriedade de oferecer os bens

às demais ATIs antes de qualquer outra forma de destinação. Diante da ausência de interesse das instituições consultadas, foi lançado o Instrumento Convocatório para Venda Direta de Bens Particulares nº 001/2024, com ampla divulgação, critérios objetivos e prioridade para pessoas atingidas. Nesse processo⁶, foram vendidos dois tablets Samsung 4G Galaxy TAB A T295 ao trabalhador de matrícula 214, por R\$533,33 cada, conforme valor médio de mercado.

Em 2025, com o encerramento da vigência do instrumento convocatório, o Instituto Guaicuy deu continuidade à venda de outros itens a pessoas físicas e jurídicas previamente interessadas. A avaliação das propostas seguiu os mesmos princípios, admitindo valores entre o preço médio de mercado e o valor contábil, sempre com deliberação interna. Foram vendidos: um fogão Atlas 4 bocas (R\$ 316,67) para o trabalhador de matrícula 384; quatro vans Fiat Ducato Maxicargo customizadas para uma empresa Hag Vans Utilitários Ltda, no valor total de R\$ 500.000,00 — parte em dinheiro e parte em permuta por outra van de passageiros com capacidade para 16 pessoas; e um Fiat Siena 2021 para o trabalhador de matrícula 205, por R\$ 51.010,00. O processo observou os princípios de legalidade, economicidade e transparência, com toda documentação comprobatória arquivada e disponível para consulta.

5.7.3 Auditoria Externa

O processo da prestação de contas junto a EY tem o propósito de avaliar e certificar periodicamente a consistência quanto à aplicação dos recursos transferidos, além de comprovar a execução do objetivo pactuado pelas partes, de modo a garantir **transparência e responsabilidade** na administração dos recursos financeiros e das ações desenvolvidas no âmbito do Projeto Paraopeba.

Todas as informações e documentações referentes aos dispêndios mensais realizados até janeiro de 2025 foram devidamente disponibilizadas à auditoria.

Foram concluídas as análises da auditoria e protocoladas nos autos do processo as cartas de representação referente aos dispêndios incorridos no período compreendido entre agosto de 2019 a janeiro de 2024. Na tabela a seguir é apresentado o histórico dos resultados das análises consolidadas pela EY, obtidos a partir dos

⁶ O resultado final do Instrumento Convocatório para Venda Direta foi publicado no [site do Guaicuy](#) em 12/02/2025

relatórios de asseguarção dos meses supracitados:

Tabela 9 — Histórico de Análise dos Dispêndios (Regiões 4 e 5)

Ano	Dispêndios Assegurados		Dispêndios Não Assegurados		Total
	Valor	(%)	Valor	(%)	
Ago/2019 - Mai/2020	R\$ 561.595,11	85,20%	R\$ 97.275,82	14,80%	R\$ 658.870,93
Jun/2020 - Dez/2020	R\$ 8.731.558,10	99,70%	R\$ 25.279,16	0,30%	R\$ 8.756.837,26
2021	R\$ 32.710.225,63	99,70%	R\$ 89.343,90	0,30%	R\$ 32.799.569,53
2022	R\$ 34.886.467,96	99,90%	R\$ 30.591,74	0,10%	R\$ 34.917.059,70
2023	R\$ 27.671.863,97	99,83%	R\$ 48.075,39	0,17%	R\$ 27.719.939,36
2024 (janeiro)	R\$ 2.039.415,19	100,00%	R\$ 7,37	0,00%	R\$ 2.039.422,56
Total	R\$ 106.601.125,96	99,73%	R\$ 290.573,38	0,27%	R\$ 106.891.699,34

Fonte: Elaboração própria (2025).

A variação do percentual de 85,2% de asseguarção no ciclo de estruturação do projeto contra 99,9% nos anos subsequentes, indica o amadurecimento institucional, resultante das adequações e estruturações organizacionais realizadas ao longo do tempo, além da ampliação e aperfeiçoamento das políticas, normas, processos internos e de gestão da instituição.

Em resposta ao Ofício nº 05/2025 recebido da Ernst & Young (EY) em 27 de março, o Instituto Guaicuy encaminhou manifestação formal através do [ofício 21/2025](#) no dia 29 de abril de 2025 apresentando justificativas detalhadas sobre os valores não assegurados no período de agosto de 2019 a janeiro de 2024, no âmbito do Projeto ATI Paraopeba. O documento buscou contextualizar os desafios enfrentados na ausência inicial de diretrizes formais, a complexidade da governança do processo e a falta de tempestividade na emissão de relatórios pela auditoria, aspectos que contribuíram para inconsistências pontuais nas prestações de contas.

Do total de R\$107.053.991,33 executados no período, R\$290.568,88 (0,27%) não foram assegurados inicialmente. No entanto, após a devolução de R\$ 37.739,86 e o envio de justificativas com documentação comprobatória referente a R\$ 229.355,53 (90,71% do saldo ajustado), o Instituto defende que o valor efetivamente não justificado seria de apenas R\$ 23.473,49, o que representa 0,022% do total executado. Ressaltando sua atuação em boa-fé, o Instituto reafirma seu compromisso com a transparência, a legalidade e a correta aplicação dos recursos públicos, destacando que eventuais falhas decorreram de limitações operacionais, ausência de taxa administrativa e lacunas

regulatórias no início do projeto.

Ainda empenhado na redução do montante não assegurado, o Instituto vem buscando sanar as inconsistências identificadas pela auditoria externa, agregando esforços para restituir parte dos valores às contas do projeto Paraopeba. A Tabela a seguir apresenta os valores recuperados até o primeiro trimestre de 2024.

Tabela 10 — Valores Não Assegurados Recuperados (Regiões 4 e 5)

Ano	Não assegurado	Valores Reembolsados	Total real não assegurado
Ago/2019 - Mai/2020	R\$ 97.275,82	R\$ 0,00	R\$ 97.275,82
Jun/2020 - Dez/2020	R\$ 25.279,16	R\$ 710,35	R\$ 24.568,81
2021	R\$ 89.343,90	R\$ 14.759,47	R\$ 74.584,43
2022	R\$ 30.591,74	R\$ 12.079,30	R\$ 18.512,44
2023	R\$ 48.075,39	R\$ 10.188,14	R\$ 37.887,25
2024	R\$ 7,37	R\$ 2,60	R\$ 4,77
Total	R\$ 290.573,38	R\$ 37.739,86	R\$ 252.833,52

Fonte: Elaboração própria (2025).

É importante mencionar a economia orçamentária alcançada a partir dos esforços empregados para o resgate dos valores. Além de amenizar os impactos da não asseguuração, esse empenho contribui para o maior fortalecimento da governança, colabora para a confiabilidade na gestão, bem como para o aperfeiçoamento dos controles internos e metodológicos.

6. REFLEXÕES E APRIMORAMENTOS

Este foi o oitavo relatório trimestral de prestação de contas finalística e financeira baseado no Plano de Trabalho que se originou do Termo de Compromisso assinado em julho de 2023, firmado entre as Instituições de Justiça, Assessorias Técnicas Independentes e a CAMF/LATACI.

Em relação ao monitoramento e o acompanhamento das atividades, neste trimestre foram apresentados os produtos das ações desenvolvidas pela ATI no primeiro semestre de 2025. Esses documentos complementam as informações prestadas nos relatórios, indicando os avanços e os resultados das atividades. Ainda, como no trimestre anterior, foi necessário contextualizar alguns ajustes de cronograma das atividades do Plano de Trabalho, já que algumas ações que estavam previstas para serem finalizadas em dezembro de 2024 permaneceram em execução nos dois primeiros trimestres de 2025. No presente relatório foram apresentadas as justificativas para todos os casos em questão.

No segundo trimestre de 2025, ocorreram importantes avanços institucionais e políticos ligados à continuidade da atividade das ATIs e ao início oficial do Anexo 1.1 do Acordo Judicial. A decisão judicial de abril determinou à Entidade Gestora o aceite da Proposta Definitiva do Anexo e autorizou R\$ 62 milhões para as ATIs, após celebração de um termo de compromisso aditivo ao de 2023, encerrando um período de incerteza iniciado no fim de 2024. Mesmo com o avanço formal, o Instituto Guaicuy enfrentou desafios agravados pela não liberação da 5ª parcela do Termo de Compromisso de 2023, necessária para manter seus compromissos financeiros. Com o envio da minuta do aditivo do termo de compromisso apenas em 24 de junho e exigência de novos planos de trabalho, as negociações seguiram no início do segundo semestre.

Enquanto isso, as atividades da ATI seguiram sendo executadas com as pessoas atingidas, observando-se importantes encaminhamentos nos eixos prioritários de atuação da ATI no Acordo Judicial. No eixo Anexo 1.1 foram realizados os processos de conferência dos danos, o levantamento de projetos entre comunidades e comissões e a oficialização do início da atuação da Entidade Gestora. No eixo Anexo 1.3, a ATI apoiou a difusão de informações sobre o andamento dos projetos nos municípios das regiões 4 e

5 e atuou em articulações realizadas entre comissões e poderes municipais, além do acompanhamento dos PCTs.

Além disso, a ATI permaneceu prestando apoio à organização social das pessoas atingidas nas regiões 4 e 5, com importantes realizações entre as comissões e Instâncias Regionais. Esse apoio foi fundamental para que as comissões pudessem avançar na discussão sobre a Governança do Anexo 1.1, como ficou demonstrado no presente relatório.